

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E ASSUNTOS
PENITENCIÁRIOS (CSPAP)**

07.08.2019

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E ASSUNTOS
PENITENCIÁRIOS (CSPAP)**

07.08.2019

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP – Havendo o número regimental, declaro aberta a quinta reunião extraordinária da Comissão de Segurança Pública e Assuntos Penitenciários, na primeira sessão legislativa, 19ª Legislatura. Registro com satisfações as presenças dos Srs. Deputados: deputado líder Gil Diniz, deputado Major Mecca, deputado Luiz Fernando Teixeira, deputado Altair Moraes, deputada Isa Penna, deputado Sargento Neri, nosso vice-presidente desta Comissão, deputada Adriana Borgo, nosso colega Agente Federal Danilo Balas, deputado Adalberto Freitas, deputado Carlos Giannazi. Seja bem-vindo nesta Comissão, hein? Sabe que eu tenho um respeito, muito, pelo senhor, seja bem-vindo.

Quero aqui, também, cumprimentar quem mais está aqui, as policiais militares presentes, da Polícia Civil tem gente aí, deve ter, todos aqui presentes, os nossos agentes penitenciários aqui, nossos colegas de trabalho, que tanto sofrem quanto os policiais que estão junto. Mas pode ter certeza que, conversando com o líder do Governo, o governador não vai esquecer dos senhores, vocês terão surpresas, pode ter certeza disso.

Eu queria aqui chamar, foi convidado, receber aqui o secretário da administração penitenciária, o coronel Nivaldo César Restivo, com o objetivo de apresentar o andamento da sua gestão, o desenvolvimento das ações programadas, metas dessa pasta. É previsto no artigo 52, que todos os secretários de Estado vão às comissões; nosso sempre comandante-geral da Polícia Militar, ao qual eu tenho muito respeito, por gentileza, comandante, ou vou chamar de secretário, o senhor vê o que o senhor prefere. Vou chamar de comandante; comandante manda mais do que secretário.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Pela ordem, pois não, deputado.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Eu só queria fazer uma sugestão, e na verdade um pedido também, à V. Exa. e também ao secretário, cumprimentar o secretário. E, na verdade, é um pedido para que, também, as entidades representativas dos servidores prisionais possam, também, fazer intervenções, perguntas.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Não, infelizmente não, só os deputados.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Porque nós temos essa sistemática em outras comissões, e abrir para que as entidades possam participar.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Nós temos outras comissões agora, então nós vamos dar a palavra ao secretário por 20 minutos, para ele expor como funciona o sistema penitenciário. Muitos aqui já ouviram, muitos já participaram, outros são novos aqui; e depois nós vamos deixar as perguntas e já queria que todos se inscrevessem aqui, somente deputado. Deputado Luiz Fernando Teixeira, segundo a Borgo, quem mais quer fazer pergunta? Quem mais, quem mais? É bom inscrever todos, mas primeiro os que fazem parte da Comissão, e depois os demais que não são da Comissão, mas também terão direito a ficar à vontade. Marcou todo mundo aí? A deputada também, marcou o Giannazi também quer fazer uma pergunta, quem falta aqui? Quer, Neri? Não? Pôs todo mundo, acho, todos. Todo mundo quer fazer perguntas também. Com a palavra, o Sr. Secretário de Assuntos Penitenciários.

O SR. NIVALDO CÉSAR RESTIVO - Sr. Presidente, quero cumprimentá-lo e agradecer pela deferência do convite, pela maneira como nos trata de longa data; em seu nome, quero cumprimentar os parlamentares, e me permita nominá-los aqui também: Sargento Neri, quero cumprimentar o Major Mecca, o deputado Luiz Fernando, deputada Adriana Burgo, deputado Gil Diniz, deputado Altair Moraes, as deputadas Isa Penna e Monica, o deputado Adalberto Freitas, o deputado Carlos Giannazi, e o deputado Danilo Balas. Dessa relação, a grande maioria já tive o privilégio, o prazer e a honra de recebê-los em nosso gabinete. Então, dessa maneira, nossa satisfação é redobrada.

Fazer uma menção, também especial, aqui, à Presidência; temos a nossa assessoria da Secretaria da Administração Penitenciária aqui presente, o nosso

secretário executivo, Dr. Catirse, mais de 40 anos de serviço ao sistema penitenciário paulista; Dr. Donizeti, nosso chefe de gabinete, com 41 anos de serviços dedicados ao sistema penitenciário paulista também, são os braços esquerdo e direito que tenho na Secretaria, que me ajudam na condução dessa missão pesada, mas que eles tornam leve. Muito obrigado, de público, pela grande ajuda. Dra. Eliana, também, Iracema, o coronel Severo, coordenadores aqui também presentes, a Dra. Solange, o Antonio, enfim, todos aqueles que me ajudam nessa missão.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Só um minutinho, eu queria só, também, registrar a presença, aqui, da deputada Monica da Bancada Ativista. Pode continuar.

O SR. NIVALDO CÉSAR RESTIVO - E, da mesma forma, com a mesma especialidade, um apreço muito grande a todos aqueles que tornam o sistema penitenciário paulista um lugar tranquilo, um lugar equilibrado, um lugar seguro e um lugar referência nacional na gestão prisional. Sem fazer nenhum tipo de comparação, Sr. Presidente, mais se o sistema paulista, apesar das dificuldades enfrentadas, está com as condições de segurança e disciplina em ordem, isso se deve aqueles colegas nossos que estão ali em cima na galeria, e, por isso, apresento o meu agradecimento também, e o meu respeito. Como o tempo é curto, presidente, porque tínhamos assunto para debater durante muito tempo, mas eu vou procurar exercitar o nosso poder de síntese, para dar um panorama geral do sistema, daquilo que fizemos até agora e o que pretendemos fazer doravante; até para permitir que os nobres deputados possam sanar algum tipo de dúvida durante esta reunião.

Mas, começo dizendo que São Paulo tem uma população carcerária que representa, praticamente, um terço da população carcerária brasileira. No último levantamento, o mais recente, girava em torno de 812 mil sentenciados, ou presos provisórios; o Brasil é o terceiro país com números absolutos de presos, mas, em regra com uma porcentagem, essa colocação vai lá para a 26^a, ou 27^a colocação em âmbito mundial. O fato é: temos uma população carcerária grande, e São Paulo abriga quase um terço dessa população; qual é o sistema disponível para a custódia dessa população carcerária? Porque, deixando claro, presidente, a Secretaria da Administração Penitenciária, ela é responsável, exclusivamente, pelo cumprimento administrativo da pena; então nós fazemos, essencialmente, a custódia do preso, mais nada.

Se o preso vai para o sistema, se ele sai do sistema, se ele progride de regime, se ele regride de regime, isso não compete à Administração Penitenciária, ao poder Executivo. Então, é preciso deixar claro que o aumento, diminuição, flutuação da população carcerária em nada tem a ver com a Administração Penitenciária; porque nós não temos o domínio desse processo do início ao fim. Muito bem, para a custódia desses presos, aqui em São Paulo, nós dispomos de 173 unidades prisionais. São unidades classificadas como de custódia de regime fechado, de presos provisórios, e de presos que têm o regime semiaberto. Ainda assim, nós temos carência de vagas, porque a nossa população gira em torno de 234 mil, para ser exato 234.599 presos; e nós temos, disponíveis, 144.600 vagas. Então, fazendo a conta, vai sobrar algo em torno de 89.500. Como?

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - 144...

O SR. NIVALDO CÉSAR RESTIVO - 144 mil vagas, 234 mil presos, de maneira bem redonda. Então, nessa matemática, nós temos um excedente de 89 mil vagas, 89 mil presos; para dar conta disso, nós precisaríamos construir 105 unidades prisionais, é um custo aproximado de 55 milhões de reais cada uma. Precisaríamos, inclusive, arrumar local para construir isso, o que não é fácil, ninguém quer. E, depois de zerada essa demanda, com a construção de 105 presídios, nós precisaríamos construir um presídio por mês; que é a diferença das inclusões e exclusões do sistema prisional paulista. Então, entre entradas e saídas, no final do mês sobra, aproximadamente, 850 ou 900 presos, no sistema. No ano passado todo, nós tivemos um aumento de 4.100 pessoas no sistema prisional paulista, de janeiro a dezembro; neste ano, de janeiro a julho, nós tivemos 5.101.

Vejam que já são 1.000 a mais na metade do tempo, mas como eu disse; o Executivo, na figura da Secretaria da Administração Penitenciária, não detém o domínio de inclusões e exclusões. Isso está intimamente vinculado ao trabalho das forças de segurança, às polícias e ao trabalho do poder Judiciário, com o apenamento ou o livramento desses infratores. De qualquer maneira, esse é o cenário que temos: um excesso de presos, carência de vagas, uma possibilidade de reduzir esse déficit; o que estamos estudando é fazer algum tipo de parceria com a iniciativa privada, para verificar a construção mais rápida. Vão dizer: “Mas, construção de vagas é a saída para isso?”. É uma das saídas; nós entendemos que não há uma grande solução para esse grande

problema, nós temos várias pequenas soluções alternativas que, somadas, nos levarão a uma grande solução.

Isso significa que aumentar o número de vagas faz parte dessa grande solução, como uma pequena alternativa. Nós temos, como eu disse, 173 unidades instaladas em São Paulo, temos outras dez em construção, elas devem ficar prontas, todas, até o final do segundo semestre, até o final de 2019. Presidente, aqui está com uma medição mais atrasada, tem algo em torno de 81%, 82% e a grande maioria já está acima dos 95% de conclusão de obras. Tem uma que será entregue, oficialmente, no dia 3 de setembro, em Paulo de Faria, então um centro de detenção provisória; uma outra unidade já foi entregue provisoriamente, a SAP, que é a unidade Lavínia; e aí faltarão, ainda, outras oito unidades que, até o final do ano, deverão se incorporar ao sistema paulista, ficando com 183 unidades.

Isso deve gerar um aumento, aproximado, de mais umas oito mil vagas. Ajuda na resolução do problema, mas ainda assim é algo insuficiente para resolvê-lo; fazer um aparte, e cumprimentar e agradecer a presença do nosso capitão, Conte Lopes também, obrigado. Deputado Ed Thomas, também, prazer tê-lo aqui, muito obrigado pelo prestígio. Então, o que acontece: nós teremos mais dez unidades, o sistema será contemplado com 183 unidades prisionais; mas, ainda assim, o déficit permanecerá elevado. Nós temos contribuído para oferecer alternativas ao encarceramento, inaugurando o que chamamos de CPMA – Centrais de Penas e Medidas Alternativas –; oferecendo, ao poder Judiciário, uma possibilidade de aplicar uma pena não privativa de liberdade, para crimes apenados com até quatro anos, com algumas condições: sendo primário, dependendo do crime, sem ser com violência à vítima, tem lá uns requisitos.

Nós temos 80 centrais instaladas no estado de São Paulo, 78 funcionando e duas que eu já assinei um convênio com os prefeitos, para colocá-las em funcionamento. E aí, eu agradeço a presença do Tiago e da Carol, que fazem parte da Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania, que são os responsáveis por essa atividade. Então presidente, a CPMA, que é a Central de Penas e Medidas Alternativas, oferece ao poder Judiciário uma alternativa ao encarceramento; hoje, nós temos 19 mil pessoas que poderiam estar no sistema e não estão, estão do lado de fora. Poderiam estar presos, mas a SAP, o poder executivo paulista, oferece essa possibilidade ao judiciário, de, ao invés de colocá-lo entre grades, colocá-los em liberdade e prestarem serviços à comunidade.

Essa é uma alternativa que, ao nosso ver, traz excelentes resultados, e ajuda a não aumentar a população carcerária, e, decorrente disso, uma série de fatores,

principalmente a reinserção e a reintegração social. Então, Sr. Presidente, o sistema é esse, é um sistema antigo, que conhece as suas carências e as suas dificuldades, é um sistema que está se aperfeiçoando; nós temos visto boas práticas, tanto em outros estados brasileiros, quanto em outras cidades do mundo, para verificar aquilo que é possível ser aplicado no nosso sistema, para a gente adotar como uma boa prática também. Repito, não existe solução mágica, não existe uma única solução para resolver o problema; nós contamos com todos os nossos funcionários, e são eles os responsáveis principais por tudo isso dar certo; repito, quero deixar isso bem claro.

Mas, a gente continua buscando, de maneira ininterrupta, alternativas para alcançar o objetivo governamental de modernização e expansão do sistema prisional paulista. Sr. Presidente, eu acho que seria mais produtivo, se quisermos responder algumas questões dos parlamentares, até para a gente falar diretamente sobre aquilo que interessa.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Eu queria pedir aos Srs. Deputados que as perguntas fossem rápidas e objetivas, que a gente pudesse ouvir mais o secretário do que a gente ficar contando histórias aqui. Porque assim fica mais rapidinho, e a gente faz uma bela reunião. Eu queria perguntar para o senhor, já para começar e lhe por numa sinuca de bico: serão chamados os remanescentes dos concursos públicos aí, que estão todos aí, para a gente dar uma boa notícia para eles. Como é que está a situação? Só isso é a minha pergunta, e o resto já vou passar, depois, logo em seguida, para o nosso deputado Fernando Teixeira, que será o primeiro a perguntar.

O SR. NIVALDO CÉSAR RESTIVO - Está ótimo, presidente. Bom, qual é a situação de concursos, hoje, na Secretaria de Administração Penitenciária? Nós temos um concurso aberto, um edital de 2014, de ASP masculino, Agente de Segurança Penitenciária masculino; a grande questão é que todo concurso tem o edital; o edital prevê as normas que regulam esse concurso. Um dos itens dessas normas se refere à quantidade de cargos que devem ser providos com os candidatos; então, esse concurso de ASP de 2014, que foi homologado em 2017, oferecia 1.140 vagas para aqueles que se dispusessem a prestar esse concurso.

O Supremo Tribunal Federal disse que o Estado tem obrigação de convocar, nomear e dar posse àquela quantidade de candidatos aprovados e classificados, dentro

do número de vagas. Então, nós temos 1.140 vagas, o Estado já nomeou 2.762 candidatos, então já duplicou, e nós temos ainda 1.119 remanescentes aguardando; porém, eu não preciso repetir aqui, presidente, estão bem além da previsão do edital. Repito, o edital prevê 1.140

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - E esses 12 novos presídios?

O SR. NIVALDO CÉSAR RESTIVO - Desses, na verdade, dois já foram entregues em Pacaembu, 1 e 2, já tem o número; e nós temos condições de suprir a necessidade para oito desses 12.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Já entendi.

O SR. NIVALDO CÉSAR RESTIVO - Então, nós temos ainda, nesse concurso de 2014, mais de 1.119 candidatos remanescentes, a vigência desse concurso é até o dia 21 de janeiro de 2021. Então, eu não posso garantir aos senhores que serão nomeados no próximo “Diário Oficial”; no entanto, prevalece a orientação do Supremo Tribunal Federal, que o Estado acaba chamando, mas a previsão é até 2021. Nós temos um outro concurso de agente de escolta e vigilância penitenciária, que o edital tem 1.593 vagas; esse concurso foi homologado no dia 15 de dezembro de 2018, então são dois anos até dezembro de 2020, prorrogáveis por mais dois anos, 2022.

Esses não tiveram nenhuma nomeação ou convocação ainda, mas eu tenho a convicção de que, pelo menos, 1.593 o Estado se obriga a convocá-los, por própria orientação do Supremo. E, para terminar, presidente, nós temos ainda dois concursos que estão em andamento: de agente de segurança penitenciária masculina, com previsão de 934 vagas, e outro concurso de agente de segurança penitenciária feminino. O edital prevê mais 100 vagas. Os dois concursos estão na quarta fase, que é, exatamente, a pesquisa de investigação social, para verificar as condições de cada um dos candidatos. Além disso, presidente, nós temos um concurso de atividades-meio, que são os oficiais administrativos, são aquelas pessoas que fazem a máquina funcionar, mas que não lidam, diretamente, com a atividade.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Mas também está tendo?

O SR. NIVALDO CÉSAR RESTIVO - Esse concurso foi homologado no passado, está em cima da minha mesa o papel encaminhando à Casa Civil, Secretaria de Governo, para verificar a nomeação de 416 candidatos. Essa é a previsão do concurso; e fora isso, nós temos outros concursos em andamento, que o chefe de gabinete, Dr. Donizete, me falou hoje cedo, está finalizando a contratação da empresa responsável pela seleção, e teremos contemplados 84 cargos de médico, clínico ginecologista e psiquiatra, e mais 25 cargos de oficial operacional. Então, presidente, essa é a situação de concursos vigente na Secretaria.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Está respondido. Deputado Luiz Fernando, tem a palavra.

O SR. LUIZ FERNANDO LULA DA SILVA - PT - Eu queria saudar o presidente, os nobres pares, saudar o coronel Restivo, estive com ele já na SAP, e fui muito bem atendido. Coronel, eu, antes de dirigir a pergunta ao senhor, eu gravei nessa semana passada um vídeo, porque uma senhora transvestida de jornalista, ela veio, através das redes sociais, e fez uma acusação profunda contra os agentes penitenciários, dizendo que existe, no sistema penitenciário, os criminosos dentro e os criminosos que estão do lado de fora; e eu queria aqui apresentar a solidariedade a todos os agentes penitenciários.

Porque, se tem algum criminoso nessa fala é a própria jornalista, que cometeu um crime de difamação, de injúria, e eu queria, Sr. Presidente, que isso ficasse registrado na Ata desta Casa, o nosso repúdio a essa mulher, Sheherazade; que nem os iguais a ela, que são um bando de gente insignificante, a toleraram. E hoje está aí jogando merda no ventilador, o senhor me desculpe o palavreado, mas é isso que ela fez, acusando homens e mulheres, servidores públicos. E eu queria, Sr. Secretário, pedir ao senhor, e lembrá-lo, talvez, da obrigação da Secretaria de representar contra esta mulher, ou então nós vamos dizer que ela tem razão. Eu tenho certeza que esses servidores, que aqui estão, não são criminosos; se há alguém criminoso é ela.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Eu poderia fazer um requerimento, e chamar ela aqui nesta Comissão.

O SR. LUIZ FERNANDO LULA DA SILVA - PT - Eu acho que temos que chamar ela aqui, porque ela tem que dar os nomes destes criminosos; esses criminosos o Estado tem que botar para fora.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Vamos convocá-la.

O SR. LUIZ FERNANDO LULA DA SILVA - PT - Ou então nós entramos com uma ação contra essa senhora, para que ela pare de cometer tais crimes. Posto isso, Sr. Secretário, eu fui um dos autores do convite ao senhor, até porque a gente, acompanhando as privatizações nos Estados Unidos, a gente vê que o estado americano está dando um passo atrás. A gente, vendo o que aconteceu, essas experiências de Minas Gerais e do Amazonas, também são experiências que não são exemplos para o que se pretende aqui em São Paulo. Eu queria que o senhor pudesse estar nos colocando um pouco, não é? O governador Doria diz que a solução é a privatização dos presídios; eu tenho certeza que a solução é fazer um trabalho preventivo, e não enxugar gelo e ficar prendendo, a evitar formar uma geração melhor, coisa que o governo do PSDB não vem fazendo ao longo dos 20 e tantos anos que governa São Paulo.

Mas, no que nos diz respeito aqui, secretário, eu queria que o senhor falasse um pouco disso, e como é que o senhor tem avaliado, qual é a sua crítica? Nós temos dúvidas, ao colocar o edital na rua, quem ganha isso? Se são essas empresas do Amazonas, é falência. Segundo, quando você bota o particular para explorar, quanto mais preso mais lucro tem o particular, e eu tenho certeza que não é essa a lógica do Estado, ter lucro com o detento. O detento é caríssimo, inclusive; tanto que o senhor acaba de dizer, a gente consegue discutir pessoas cumprindo outras funções, que estejam ali encarceradas. Então eu, particularmente, tenho muita desconfiança desse modelo da privatização, quem administra? Quem cuida do preso?

É o empregado do particular, ou são os nossos agentes penitenciários, funcionários públicos, que vão fazer, efetivamente, a guarda desses presos? E, por último, Sr. Secretário, eu queria, de forma pública, hoje nós vimos que, no nosso entendimento, houve um golpe judicial, e que determinou a vinda do, sempre presidente, Lula para São Paulo. E está vindo para o sistema prisional, não para a Polícia Federal, mas para o sistema prisional de São Paulo. Parece que ele foi enviado para Tremembé, foi ou está sendo; e a gente queria saber, também, do senhor, o que é que o Estado, quais são os cuidados que o Estado está fazendo para receber um ex-

presidente, que, na nossa certeza, é um preso político; e está claro, por todas as mensagens vazadas pelo Intercept, que foi um golpe judicial, que prendeu um homem, que o único pecado que cometeu, o crime que cometeu foi cuidar do povo mais pobre do nosso País, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Quero registrar, também aqui, a presença da deputada Márcia Lia. Com a palavra, o Sr. Secretário.

O SR. NIVALDO CÉSAR RESTIVO - Muito obrigado, presidente. Sr. Deputado, eu anotei aqui alguns itens, para não me perder. A primeira intervenção do senhor, foi em relação ao sistema prisional privado americano; para ter essa certeza, o Governo me enviou aos Estados Unidos, junto ao coronel Severo, que aqui está, para conhecer o funcionamento, a manutenção e o desenvolvimento de unidades prisionais privadas, administradas pela iniciativa privada. E, o que constatamos lá é que, diferentemente do que se notícia, os EUA não estão abandonando o modelo; a porcentagem de unidades prisionais privadas, existentes, permanece a mesma de longa data para cá, o que houve foi um problema de política.

O governo Obama decidiu que, algumas concessões, não fossem renovadas; e isso já foi revertido com o governo Trump. Então não houve, em primeiro lugar, não houve a diminuição da quantidade de unidades privatizadas. Segundo, isso deve ter um incremento, agora com o governo Trump. E isso nós constatamos pessoalmente, porque fomos lá e visitamos tanto unidades privadas, como unidades públicas, e é uma impressão, uma certeza mútua. Em relação ao que aconteceu em outros estados, nós temos lá problemas no Amazonas, no Ceará, alguns estados que têm unidades administradas pela iniciativa privada; a grande diferença do sistema americano e o que temos, e que pretendemos implantar aqui, é o termo privatização.

Nos Estados Unidos, o que ocorre é a privatização, nada mais é do que vender o ativo ao particular, para que ele faça a gestão; não é concessão, como fazemos em rodovias aqui, que concedemos para a iniciativa privada explorar o seu uso pelo particular. O que pretendemos, e temos aqui no Brasil, é fazer uma gestão operacional compartilhada; ou seja, o poder público continua dominando a unidade prisional, com aquilo que é essencial. A direção geral da unidade prisional vai ser sempre pública, não vai ser particular; a direção de disciplina e segurança, vai ser sempre pública;

necessidade de intervenção para retomada da ordem, sempre pública, tudo aquilo inerente ao poder de polícia não vai ser delegado, vai permanecer nas mãos do Estado.

Vejo essa modelagem, esse formato de concessão de unidades prisionais como uma boa alternativa à questão de criação de vaga, de gestão prisional; não é a transferência completa do sistema prisional para a iniciativa privada. Nós estamos fazendo a modelagem para a concessão, para compartilhar operacionalmente quatro unidades prisionais em São Paulo. Do universo de 183, isso representa pouco mais de 2% do sistema; e é isso que vai ter, não vai ter uma porcentagem como a dos Estados Unidos, por exemplo, de 10%, não vai ter. Não dá para a gente fazer isso como impressora principal, por exemplo; ela é um acessório, ela é uma alternativa a uma gestão prisional; e, no contrato, nós estamos tomando todas as cautelas para evitar problemas.

Porque, sem conhecer o que motivou aquilo que tem acontecido Brasil afora, aqui em São Paulo nós já decidimos que a gestão contratual, a fiscalização das normas contratuais, vai ter papel fundamental no sucesso da gestão prisional pela iniciativa privada. Por isso que até está demorando para ser lançado o edital, porque a gente está se cercando de todas as cautelas necessárias, para evitar erros já acontecidos; é que nem queda de avião, precisamos identificar porque caiu, para que um outro avião nunca mais caia. Em relação ao preso, aumento de prisões vai gerar lucro? Eu quero reiterar aquilo que eu já falei, a Secretaria da Administração Penitenciária faz a custódia do preso, ela não participa do processo de prisão, o Ministério Público oferece denúncia, o Judiciário condena.

Então, a parte jurídica está fora. Ou a pessoa, quem vai para o sistema prisional, quem pratica um fato típico antijurídico culpável, este está sujeito a ingressar no sistema prisional paulista; então, o aumento ou a diminuição não depende da SAP. E o preso não dá lucro nem para o Estado nem para a Administração Penitenciária, então essa afirmação é uma afirmação recorrente, eu sei que é uma dúvida que assola a muitas pessoas; porém, qualquer que seja o modelo adotado, em hipótese alguma haverá aumento de população carcerária, porque esse aumento representa aumentar o lucro de empresas. Isso não acontece.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - É bom o senhor deixar bem claro, essa pergunta foi bem inteligente do nosso deputado, sendo que muitos aqui já iriam perguntar isso, então o senhor já está dando a resposta, para aqueles que estão

presentes; porque muitos vão perguntar sobre a privatização, é bom o senhor falar o máximo que puder, para que todos saibam.

O SR. NIVALDO CÉSAR RESTIVO - Ótimo, vou aproveitar a oportunidade. Inclusive, o senhor colocou todas as perguntas que eu ia abordar, em relação à concessão de unidades prisionais. Mas, repito, não há como o Estado definir que vai aumentar a quantidade de presos para aumentar o lucro de empresas. Primeiro que não há essa premissa, segundo que o contrato prevê lá, a planta básica do nosso presídio são 847 vagas, dessas 847, 768 destinadas ao pavilhão habitacional. Nós temos inclusão, tem enfermaria, tem isolamento disciplinar, tem seguro, por isso que dá 847, mas 768 efetivas. São celas com 12 camas, e qual é a lotação máxima que nós colocaremos nessas unidades prisionais?

Dentro da cela, nós já medimos, cabem mais dois colchões, então cada cela vai ter mais dois presos além da capacidade; isso representa um acréscimo de 128, alguma coisa assim, mas dá 16,7% além da capacidade. Então, o particular não define quantos presos ele vai custodiar, quem define isso é o Estado; e o Estado é que vai dizer qual é o preso que será colocado sob custódia do particular. Hoje, já funciona dessa maneira no nosso sistema, nós temos unidade prisional destinada a custodiar preso que praticou crime contra a dignidade sexual; nós temos um presídio que abriga um preso que é o estrangeiro, lá em Itaí; nós temos o preso que abriga crime vinculado a algum tipo de bando criminoso, isso já existe.

Dividir a unidade prisional, de acordo com o perfil do preso, é algo que já fazemos aqui no sistema; isso vai continuar, então o Estado, o ente público, é quem vai dizer quem e quantos irão para a unidade; de maneira que não haverá lucro, por conta desse tipo de alternativa.

Em relação ao ex-presidente, deputado, eu tenho a dizer que a decisão da Justiça, de transferi-lo para São Paulo, o sistema penitenciário indicou, entende, como adequado o Presídio de Tremembé 2, como sendo o presídio compatível com a custódia daquele perfil sentenciado, que será incluído. Eu não vou discutir questões de natureza política, mas, de maneira prática, no sistema, garanto ao senhor que é um presídio que, do sistema penitenciário paulista, é um presídio compatível com a necessidade de custódia do nosso ex-presidente.

Em relação, ainda, ao aumento da capacidade, de expansão do sistema por meio de parcerias, presidente; nós temos quatro unidades, como eu falei, que serão geridas de

maneira compartilhada com a iniciativa privada; e podemos, estamos estudando, com a ajuda da Secretaria de Governo, uma subsecretaria de parcerias públicas do Governo, elaborar um projeto e lançá-lo em meados do ano que vem, ou no segundo semestre do ano que vem, para fazer o modelo de PPP. PPP pura, porque essa concessão das quatro unidades nada mais é do que a contratação de serviços nos moldes da lei 8.666; nós vamos contratar prestadores de serviços de hotelaria para fornecer roupas de cama, fornecer kits de higiene; nós vamos contratar a empresa, é a mesma empresa que se compromete com tudo isso; mas vai ter que fornecer alimentação, vai ter que fornecer assistência médica, vai ter que fornecer suporte jurídico.

Então, isso representa, essencialmente, a contratação de serviços nos moldes da lei 8.666, de 1993; e esse outro formato, que pensamos com PPP, vai ser nos moldes da lei 11.079, que é a lei das PPP. Nesse formato, nessa modelagem, o particular constrói a unidade, e se compromete a fazer a gestão operacional também. A diferença é que, pela lei, esse contrato tem que ter uma duração maior, que vai lá para 35 anos, e nos moldes da lei.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - O investimento é maior.

O SR. NIVALDO CÉSAR RESTIVO - O investimento é maior, é mais complicado também, precisa de um fundo garantidor, para poder incentivar o particular a fazer um aporte de recursos dessa natureza, ele precisa de uma garantia. Então, precisa ter um fundo garantidor, é mais complexo; e, por isso está sendo tratado com ajuda da Secretaria de Governo. Entendemos que essas duas alternativas, compartilhamento na gestão operacional e PPP, são uma alternativa, não é o caminho total a ser seguido. Continuaremos com outras 179 unidades, geridas integralmente pelo poder público, e as quatro outras geridas pela iniciativa privada, fiscalizada pelo poder público, e tudo aquilo inerente ao poder de polícia estatal, permanecerá na mão do Estado.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Muito bom. Com a palavra, deputada Adriana Borgo.

A SRA. ADRIANA BORG - **PROS** - Boa tarde a todos, Sr. Presidente. Sr. Secretário, muito obrigada por sua presença, obrigada pelo pronto atendimento todas as vezes em que eu te ligo. Eu, ouvindo seus dados aqui, é assustador; então falta Deus,

educação, mudanças nas leis, enfim. Eu queria dizer ao senhor o seguinte: nessa semana passada, aqui na Alesp, o governador fez um pronunciamento de um pacote de reajuste salarial das polícias de São Paulo. E eu gostaria de saber, por que não foi mencionado, se a SAP está incluída, e se não estiver, se há uma propositura a respeito disso; e se o senhor tem alguma, algum conhecimento disso, se tem alguma resposta para a gente.

O SR. NIVALDO CÉSAR RESTIVO - Deputada, boa tarde. Muito obrigado pela grande ajuda que a senhora sempre nos oferece, como uma grande representante da categoria também, muito obrigado. Esse anúncio do governador foi feito na quinta-feira passada, e na sexta ele embarcou em viagem internacional, está com uma comitiva, buscando investimentos na China. Eu não tive a oportunidade de perguntar a ele, exatamente, do que se trata esse pacote; mas eu levo o anseio, me comprometo a levar os anseios da senhora parlamentar, e dos nossos servidores da Secretaria. Mas, eu não posso discutir detalhes, porque foi anunciado na quinta, e na sexta ele viajou, eu não tive a oportunidade; mas não tenha dúvida de que eu vou procurar me inteirar, para saber qual é o conteúdo disso, o que abrange e quais os termos.

A SRA. ADRIANA BORGIO - PROS - Outra coisa, tramita aqui na Casa um projeto de minha autoria, o PL 36, PLC 36; que trata do acautelamento das armas, para os AEVPs e os ASPs. Ele tem maioria aqui no Colégio de líderes, e faltam algumas bancadas; então, eu queria pedir o apoio do senhor, para que, quando esse Projeto chegar lá no executivo, que o senhor convença o governador da necessidade; porque esses profissionais, que exercem essa função armados, quando estão in itinere, em ida e volta de sua residência, ficam desarmados, correndo risco, e eles continuam sendo profissionais de Segurança Pública.

E, também, pedir aqui, explicitamente, a todos os partidos, o PSOL, o PT, o PSDB, a REDE, que todos os manifestos que a gente faz, a categoria faz, contra o Governo, contra o secretário, eles estão presentes, apoiando a categoria. Então, agora eu preciso do apoio de vocês nesse Projeto, efetivamente, porque é isso que define a segurança dos funcionários da ASP. Então, agora já não é mais um jogo político, é um jogo de sobrevivência; então eu peço o apoio de todas as bancadas que ainda não se pronunciaram, que agora é hora de dizer de que lado estão, realmente. Então que apoiem o PL 36/2019. Muito obrigada.

O SR. NIVALDO CÉSAR RESTIVO - Obrigado, deputada. Eu acabei lendo ontem esse Projeto da senhora também, e eu já disse isso ao presidente do Sindicato dos AEVPs, já os recebi lá algumas vezes, não uma, algumas vezes. Eles até ofereceram uma alternativa, presidente; o grande problema é que nós não temos armas, em número suficiente, para oferecer a todos. E outra, eu disse ao presidente: “Eu não gostaria de ter que escolher para quem eu vou dar a arma, eu gostaria de dar arma para todos que têm a necessidade de portar uma arma”. Então, eu tenho lá 5.560 AEVPs, e eu tenho uma quantidade reduzida de armas; o presidente do Sindicato propôs, recebendo a ação, as armas da Polícia Militar que serão substituídas. Eu sou contra, porque essas armas que serão substituídas, elas serão substituídas porque não atendem à necessidade. Então, eu já emiti o meu posicionamento em relação a isso, de não receber, que deem outra destinação para esse tipo de armamento.

A SRA. ADRIANA BORGIO - PROS - Mas é melhor do que nada, eles não têm nenhuma.

O SR. NIVALDO CÉSAR RESTIVO - Não é não, deputada. A quantidade de incidentes, acidentes e lesões provocadas pelo uso inadvertido, o disparo involuntário de uma arma que apresentou problema de projeto, pode ser tão fatal quanto não ter a arma para se defender.

A SRA. ADRIANA BORGIO - PROS - Então elas não vão ser doadas, também, para outros estados, para tratar dos políticos.

O SR. NIVALDO CÉSAR RESTIVO - Não sei.

A SRA. ADRIANA BORGIO - PROS - Como tem sido sempre, porque daí vai prejudicar o policial do outro Estado, é isso o que acontece.

O SR. NIVALDO CÉSAR RESTIVO - Mas eu digo assim, no nosso caso, eu não sou favorável ao recebimento em doação dessas armas, porque isso pode dar uma falsa sensação de proteção quando, na verdade, pode estar agregando um outro problema maior.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - O secretário é a favor de armas novas.

O SR. NIVALDO CÉSAR RESTIVO - É isso.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - E o senhor está de parabéns, conte comigo no seu Projeto. Eu entendi, e é verdade, que essas armas; tem policial que está sendo processado, que disparou de apontar para uma pessoa na rua, numa abordagem, sem querer disparou, e estão dizendo que atirou, mas não atirou. Tem vários casos na Justiça desse; eu sei que fui o primeiro a ser contra essas armas, tanto é que a Taurus está abolida aqui de São Paulo, graças a Deus. Com a palavra, deputada Isa, por gentileza.

A SRA. ISA PENNA - PSOL - Olá, bem-vindo secretário à nossa Comissão, queria saudar a todas e todos os meus colegas.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Só um minutinho, eu queria só, também, saudar a nossa deputada Carla Morando, aqui presente, e o Wellington Moura também. Sejam bem-vindos. Por gentileza.

A SRA. ISA PENNA - PSOL - Boa tarde a todas e todos. Primeira coisa, registrar que não há nada mais cruel do que o sistema penitenciário, de uma forma geral. Eu não sei se alguém aqui já teve a experiência de pisar dentro de um CDP, dentro de uma penitenciária; mas, enquanto nos falamos aqui muito de números, então são 234 presos, são 144 mil vagas, 89 mil pessoas que estão colocadas em uma situação de absoluta indignidade, uma situação absolutamente indigna. Eu quero fazer uma crítica a esta Comissão, porque eu acho que nós, como deputados, temos o dever de ir até as penitenciárias, de ir até os CDPs, e fiscalizar, sim, como está sendo tratada a vida humana, de uma forma geral. Inclusive porque, na experiência profissional que eu tive, os agentes penitenciários são submetidos a níveis de pressão e estresse tremendos, que nenhum de nós aqui tem uma ideia.

Muitos deles têm que ficar anos depois sendo medicados, porque desenvolvem síndrome do pânico, porque desenvolvem depressão, e, assim, isso determina a vida dessas pessoas, como um todo. Então, a gente está falando de um dos assuntos mais

tenso no País, que quando a gente ainda fala de confrontos em vias públicas, a gente está falando, ainda, de pessoas que têm o direito de ir e vir. Quando nós falamos de penitenciárias, ou Centros de Detenção Provisória, no caso aqui são penitenciárias que estão inclusas dentro do Projeto, pelo que eu entendi, nós estamos falando de um foco de tensão absoluto. Queria registrar isso, porque acho que todos e todas, as deputadas deveriam fazer, sim, uma fiscalização em alguma penitenciária, em algum presídio, do estado de São Paulo.

É imprescindível para sentir o que é uma penitenciária, ou um CDP, enfim. Começando as perguntas, secretário, serão algumas de diferentes temas. Primeiro: quais são as empresas já cotadas pelo Governo? Certamente há, certamente elas já existem, eu gostaria dos nomes das empresas, se fosse possível. A empresa Umanizzare, que é a empresa responsável pelo presídio onde teve uma rebelião agora, no Pará; existe alguma chance, ou de alguma empresa derivada dessa, desse grupo econômico, de qualquer forma conectada a ela, ser escolhida para administrar algum presídio em São Paulo? Existe a possibilidade de os presos cumprirem trabalho remunerado, para empresas privadas, no seu tempo de pena?

Dada a existência, que é fato público e notório, das facções, aliás, de uma grande facção no estado de São Paulo, que é o PCC – Primeiro Comando da Capital –, você não acha que, e haja vista o nível de tensão que existe com essa facção dentro de todos os presídios e penitenciárias, como entregar a administração de penitenciárias para empresas privadas, que não tem a experiência que agentes penitenciários, formados para isso, qual a consequência dessa relação com essas facções? Pelo que eu entendi, a proposta não vai suprir o número de vagas; então nós vamos, ainda, continuar num cenário de superlotação. Diante desse cenário, há algum cronograma do governador, algum plano de governo, para suprir, de uma vez por todas, essa indecência que é, tanto para os trabalhadores da Segurança Pública, quanto para as pessoas que estão sob a custódia do Estado?

Como será a formação dos agentes, que terão contato com os presos? O Estado vai estabelecer critérios para a formação desses agentes? Quais são esses critérios? Segundo tema: penitenciárias femininas. É, também, público e notório, eu já tive a experiência de trabalhar na Penitenciária Feminina de Santana, as condições em que mulheres presas são submetidas, tanto as mulheres presas quanto as mulheres em serviço. Mas, em especial aqui, estamos falando de coisas muito simples, como acesso a absorventes, como mulheres grávidas; então, mulheres expostas a situações

absolutamente abaixo daquilo que eu não desejo nem para o meu pior inimigo. Terceiro: já que vai haver o processo de, como você está chamando, compartilhamento, certamente haverá um número de servidores que será dispensado pelo Estado.

Quantos serão? Qual é a previsão de servidores demitidos, ou exonerados, no caso. Como será o tratamento desses, qual é o plano de tratamento para esses servidores, por parte do Governo? E por fim, secretário, nós somos aqui o Legislativo, um dos poderes da República; o governador de Rondônia optou, foi uma opção política, por fazer com que esse processo, de privatização, não passasse pela Assembleia Legislativa. Optou por fazê-lo em forma de decreto; contudo, nós temos o dever de reivindicar o nosso espaço de fiscalização; eu quero saber, de forma muito direta e muito concreta, aqui nesta Comissão, nesse dia tão especial, numa discussão tão sensível como essa, se o secretário pode dar para nós, deputadas e deputados da Comissão de Segurança Pública e Assuntos Penitenciários, que nós teremos acesso e condições de verificar in loco as condições desse processo, e, também, dos demais presídios e penitenciárias. Por fim, registro aqui a minha solidariedade, é inadmissível, para uma república que se quer em desenvolvimento, colocar um ex-presidente da República numa penitenciária como a de Tremembé. Isso, inclusive, coloca em risco.

(Fala fora do microfone.) - A Vida

A SRA. ISA PENNA - PSOL - Não só a vida do ex-presidente, mas a vida dos outros presos que estão lá. Porque, uma revolta, “virar o presídio” como se fala comumente, é algo absolutamente previsível; já que é absolutamente inadequada uma prisão como essa, para uma pessoa que está no centro dos debates políticos, numa conjuntura tão delicada. Então, ainda que não seja tema da competência do senhor, eu peço que o senhor transmita ao governador a nossa indignação quanto a essa condição. E digo mais, falaria isso se fosse qualquer político, de qualquer campo ideológico; porque se trata, inclusive, da proteção de milhares de pessoas, dessas centenas de pessoas, aliás, que estão ali presas. Muito obrigada, secretário.

O SR. NIVALDO CÉSAR RESTIVO - Muito obrigado, deputada, por tudo. Vou procurar não me perder, anotei tudo, e quero agradecer porque eu tinha esquecido de falar alguns temas sobre PPP, e a senhora acabou me lembrando, então muito obrigado. Vou procurar seguir a ordem que a senhora estabeleceu. Nós temos 89 mil

peças a mais do que a capacidade nominal das vagas no sistema penitenciário, e eu já disse isso desde que eu cheguei na Secretaria, que nós, enquanto responsáveis pela custódia do preso, nós temos que fazê-lo cumprir, exatamente, a pena imposta pelo poder Judiciário, que é o poder que tem legitimidade para dizer quanto e como. E eu disse, se o apenado receber dez anos em regime fechado, são dez anos em regime fechado.

Não existe, na SAP, a pena acessória, dez anos mais falta de alimentação, dez anos mais falta de colchão, dez anos mais indignidade; porque a única coisa que são cerceados é a liberdade e, dependendo do regime, dos direitos políticos. Fora isso, são seres humanos, não tenho nenhum constrangimento de dizer isso. Passei 36 anos da minha vida colocando gente no sistema prisional, prendendo pessoas na rua; hoje eu tomo conta de quem está lá dentro. Então, a minha dedicação é exclusiva para fazer cumprir o que está previsto na LEP, na Lei de Execuções Penais, e fazer cumprir, essencialmente, a pena aplicada pelo Judiciário, sem nenhuma outra pena acessória.

De fato, deputada, as carreiras vinculadas à administração penitenciária são carreiras que trazem uma carga de estresse e depressão muito grandes; nós podemos visitar aí algumas carreiras, aquelas vinculadas às atividades policiais, a própria agente de segurança, agente penitenciário, agente de segurança penitenciária, agente de escolta e vigilância penitenciária.

São carreiras que, por sua natureza, agregam uma carga de estresse e pressão muito grande. Eu reconheço isso, não tenho como discordar, não discordo disso na verdade, eu concordo com a senhora nesse aspecto. Em relação, deixa eu ver se eu, as condições.

A SRA. ISA PENNA - PSOL - As facções.

O SR. NIVALDO CÉSAR RESTIVO - As facções, estava aqui embaixo. Eu vou falar sobre as condições, a senhora falou de consultar os deputados a fiscalizar e visitar as unidades prisionais, não é? Todos aqueles parlamentares que quiseram, até hoje, já foram, todos eles; não houve, sequer, um impedimento. Só haverá impedimento se isso implicar prejuízo à segurança e à disciplina da unidade prisional, naquele momento; mas aí marcamos quando superar essa fase. Então, não há nenhum tipo de problema, todos serão recebidos a qualquer momento, sem qualquer problema.

A SRA. ISA PENNA - PSOL - Com licença, secretário. Eu queria, então, já registrar um pedido, para que nós tenhamos acesso a uma visita à Penitenciária de Tremembé.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Eu faço isso, pode deixar, que depois a gente acerta. Pode ser pela Presidência, está bom? Pode deixar.

O SR. NIVALDO CÉSAR RESTIVO - Obrigado, presidente. E, só para tranquilizá-los, eu quero dizer que serão muito bem-vindos para fiscalizar; não há nenhum problema, nenhuma restrição, não temos medo, nem receio, de nada. Mas eu já digo, somos fiscalizados pela OAB, a Defensoria Pública tem lá um núcleo carcerário, Ministério Público, corregedoria judiciária, a corregedoria do sistema prisional, ouvidoria. Não, eu concordo, estou dizendo, deputada, que não temos receio em agregar mais um órgão fiscalizador; e digo que, caso aquilo que noticiem fosse verdade, olha só a quantidade de órgãos que poderiam se manifestar.

É comum nós termos uma denúncia de maus-tratos, e um juiz da execução visitou a unidade um dia antes, e constatou que não tinha nada daquilo que foi noticiado. Então, eu digo que o sistema penitenciário é um sistema que sofre fiscalização periódica, e de maneira multidisciplinar; são inúmeras as instituições que se dedicam à fiscalização. Se quiser ir será muito bem-vinda, deputada. O Sargento Neri quer fazer uma intervenção, eu continuo, ou como, presidente?

O SR. SARGENTO NERI - AVANTE - Não, só para registrar que esta Comissão fiscaliza; eu já fiscalizei oito penitenciárias, o senhor sabe disso. Então, só para deixar registrado, que o vice-presidente desta Comissão faz a fiscalização, o senhor sabe que eu mando relatório.

O SR. NIVALDO CÉSAR RESTIVO - Ele manda relatórios para mim, e recebo os relatórios dele, com apontamentos, com frequência. Depois a senhora falou das empresas cotadas para poder, fazer, concorrer. Eu digo que nós temos seis ou sete empresas que são interessadas em participar dessa licitação, essa empresa, chamada Umanizzare, que é a empresa que atua em Manaus, é uma das empresas que têm interesse, naturalmente; ela está pensando em uma relação comercial. Eu não conheço a empresa, no entanto, eu quero reforçar aquilo que eu já disse aqui: a boa gestão está

intimamente relacionada ao cumprimento das cláusulas contratuais. E, para isso, nós adotamos a cautela de cercar todas as possibilidades, para que a empresa cumpra, exatamente, aquilo que ela precisa cumprir, para que a gestão operacional compartilhada tenha sucesso.

Como é que é? Não, o edital ainda não foi, o que foi publicado foi uma audiência pública, que fizemos em maio. E o edital, com o termo de referência, foi submetido a consultoria jurídica da pasta; e, pela natureza, será remetido à Procuradoria Geral do Estado, e depois dos ajustes e dos apontamentos, é que faremos a publicação, mas está muito próximo de acontecer. Então, deputada, repito, são seis ou sete empresas, ao que me parece, superficialmente, pelo que eu vi lá, todas elas com alguma experiência na gestão operacional. Mas, reforçaremos as cláusulas contratuais, para poder fazer uma fiscalização efetiva. A empresa ganhou, não cumpriu cláusulas, sanciona, não cumpriu de novo, descredencia e pega a segunda colocada. A gente não vai admitir uma prestação de serviços inadequada nessas unidades.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Deputada, a senhora, na Comissão aqui, vai fazer parte, e aí a gente vai poder saber tudo o que está acontecendo, porque vai ser feito, e vamos estar no nosso mandato; vai dar para a senhora saber tudo, tenha certeza. Um minutinho só. Depois, eu vou deixá-lo responder sobre o presídio de mulheres, e vou passar para outro; senão, nós não vamos terminar isso aqui hoje, está bom? Das mulheres, pode ser? É importante.

A SRA. MÁRCIA LULA LIA - PT - Olim, eu acho que era importante ele responder sobre o PCC.

O SR. GIL DINIZ - PSL - Agora você vai ter um concorrente forte, Tremembé.

A SRA. MÁRCIA LULA LIA - PT - Olha o respeito aí, hein?

O SR. GIL DINIZ - PSL - Oi?

A SRA. MÁRCIA LULA LIA - PT - Olha o respeito.

O SR. GIL DINIZ - PSL - Por quê?

A SRA. MÁRCIA LULA LIA - PT - Uma fala desnecessária.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Olha, pessoal, vamos manter, por favor. Eu vi. Gil, meu irmão.

A SRA. MÁRCIA LULA LIA - PT - Tem que manter o respeito.

O SR. GIL DINIZ - PSL - Se quiser, eu registro aqui no microfone o que eu falei.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Faça a sua pergunta na hora que for, e aí você pergunta o que quiser ao secretário, ele vai responder.

O SR. GIL DINIZ - PSL - Está proibido de se manifestar, presidente?

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Tudo bem, mas vamos manter o nível. Eu entendi a sua pergunta, mas.

O SR. GIL DINIZ - PSL - Mas não foi nem pergunta, presidente, eu fiz um comentário aqui.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - É um comentário, mas vamos manter a linha, está acontecendo este fato, hoje, que o ex-presidente Lula vem para São Paulo, então a imprensa está toda aqui por causa disso, pode ter certeza. Ele é o homem da vez, agora, aqui; então, vamos manter, eu quero que responda à pergunta. Ela perguntou sobre o presidente, como perguntou, o Luiz Fernando fez uma pergunta aí em cima.

A SRA. MÁRCIA LULA LIA - PT - Se for desrespeitoso eu não vou aceitar.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Mas a senhora, depois, conversamos entre a gente, deixa só eu continuar aqui.

O SR. GIL DINIZ - PSL - Acho que eu tenho o direito de me manifestar, presidente.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Sim, mas se manifeste na hora de fazer a pergunta.

O SR. GIL DINIZ - PSL - Não, tranquilo.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Está bom? Assim fica melhor, se não vai tumultuar, não é? Está indo tão bem aqui, pelo amor de Deus.

O SR. GIL DINIZ - PSL - Está magoadinho?

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - E hoje aqui está pegando fogo, pelo amor de Deus, você vê que o negócio está pesado. Aqui está enrolado, na imprensa inteira, estive com ele antes, uma hora antes dele chegar aqui, e ligou até o Papa para falar com ele. Então, quer dizer que o negócio, você vê a importância do que está acontecendo, esse fato, de mandar o ex-presidente Lula, com todo o respeito, para São Paulo. Quer dizer, eu acho que vai estar melhor aqui do que lá, mas tudo bem. Fique à vontade. Faz o seguinte, que ficar em algum lugar, para o senhor ficar mais à vontade? Quem que está nessa sala? O que que é? Está tendo Comissão?

O SR. GIL DINIZ - PSL - Peço a suspensão por cinco minutos, senhor.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Eu vou abrir uma exceção, até porque é um fato que está acontecendo aqui, da atenção que está acontecendo no País, no estado de São Paulo. Nós temos que colocar que nós temos, aí, não sei quantos por cento de pessoas que são ligadas ao ex-presidente. Até para manter esta Casa em ordem, nós vamos suspender por cinco minutos a nossa Comissão de Segurança, e damos prosseguimento.

* * *

- A reunião é suspensa e reaberta sob a Presidência do Sr. Delegado Olim.

* * *

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Senhoras e senhoras, senhora, por gentileza, Isa, por favor. Vamos começar, Gil, por gentileza. Tudo bem? Vamos começar, vamos dar prosseguimento. Responde a parte da feminina, para a deputada Isa, senão ela vem aqui e sobe em cima disso aqui; eu conheço, vai por mim. Em viatura ela sobe na viatura, mas ela sobe aqui também, no balcão; faça o favor, que aí já vamos, depois, para o próximo. E, agora, sem discussão, cada um faz a sua pergunta, o secretário está aqui para responder o que os senhores quiserem. Quem está preso, ou quem não está preso, ou ex-presidente que for, vamos usar da educação e do respeito, respeito entre deputados, que acho que nós somos; chegamos aqui, são para poucos, certo?

São poucos que podem se sentar aqui, então o respeito é tudo, pode ser o partido que for, cada um respeitando o seu lado, certo? Tudo bem, Gil, tudo bem, deputada; então, prosseguimento aí ao nosso secretário. Vamos fazer rapidamente, pode ser até mais rápido, perguntas mais rápidas, ele vai ter que sair e não tem condições de ele ficar mais aqui; eu estou vendo que está pegando fogo, ele tem que resolver esse problema que, queira ou não queira, ele é o secretário, e é ele que vai resolver.

O SR. NIVALDO CÉSAR RESTIVO - Obrigado, presidente. A Penitenciária Feminina, nós não temos, deputada, notícias de faltar nenhum item do kit de higiene das presas. É, mas a imprensa noticiou, também, há um tempo atrás, de que presos do CDP de Osasco recebiam. Então, mas eu repito, nós temos inúmeras instituições fiscalizadoras: OAB, Defensoria Pública, Tribunal de Justiça, corregedoria dos presídios, mais a corregedoria administrativa da SAP, tem inúmeras. E essa é uma denúncia que não encontra eco, nós não podemos acreditar. Mulheres grávidas, eu visitei a Penitenciária Feminina e a da Capital, e eu vi as condições.

(Fala fora do microfone.) - Estava arrumado.

O SR. NIVALDO CÉSAR RESTIVO - Eles não sabiam que eu iria, eu estava passando ali, e resolvi entrar. Provoquei um susto tremendo, e falei “eu quero ver nessas

condições, eu não quero avisar para visitar”, senão eles pintam de verde, eles pintam de branco. Eu sei como é, eu já fiz isso.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Pela ordem, Sr. Deputada, pela ordem.

A SRA. MÁRCIA LULA LIA - PT - O senhor me permite? Pela ordem. Primeiro, cumprimentá-lo e, rapidamente, dizer que, quando eu estive, há um ano e pouco atrás, visitando a penitenciária feminina.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Silêncio, por gentileza. Faça o favor, deputada.

A SRA. MÁRCIA LULA LIA - PT - Inúmeras detentas, que se encontravam lá, denunciaram a falta absoluta de produtos de higiene.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Deputada, a senhora, agora, como deputada, vamos conversar direto com o secretário, e nós vamos cobrar, entendeu? Vai ser fácil, dá para resolver, e aqui dá para conversar, não vai ter problema nenhum.

O SR. NIVALDO CÉSAR RESTIVO - Mas eu queria, presidente, ainda um dos itens que a deputada mencionou, é sobre dispensa de servidores. Em hipótese alguma, sob quaisquer circunstâncias, haverá dispensa de servidores por causa do compartilhamento operacional da gestão. Não existe, o funcionário público tem estabilidade, ele será aproveitado, independentemente do que aconteça. Não haverá, repito, já falei isso 37.425 vezes, não haverá qualquer prejuízo à nenhuma das categorias profissionais da Secretaria da Administração Penitenciária, por causa do plano de expansão do sistema prisional com a utilização da iniciativa privada. Isso é uma garantia governamental.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Satisfeita, deputada? Deputado Altair Moraes, o senhor tem a palavra.

O SR. ALTAIR MORAES - PRB - Secretário, obrigado pelo senhor ter vindo aqui, na nossa Comissão. E quero cumprimentar ao nosso presidente, Delegado Olim, e todos os nossos pares, todos os presentes. Rápido e objetivo, para a gente não ficar com muita conversa aqui, porque eu sei que o senhor está com uma série de coisas para resolver, muito sérias. E eu queria dizer que, na minha casa, está tudo limpinho, mas quando vem visita a gente, também, costuma arrumar melhor, entendeu? Bom, secretário, simples e objetivo; o governador do Estado prometeu um aumento para as polícias, e acredito que está bem alinhado, ele já deixou isso bem claro. Mas, eu quero saber, quais vão ser as valorizações que vão ser feitas, também, para os agentes das ASPs? Eu me preocupo muito com isso, entendeu? E AEVPs também.

Então, queria saber se vai haver uma valorização, também, para esses que têm uma grande experiência, também, em presídios; até como pastor evangélico, já trabalhei muito em presídios, durante 20 anos. Pude ver a situação dos presidiários, que, realmente, é uma calamidade. A gente sabe que são pessoas que erraram, que têm que pagar pelos seus erros, mas, infelizmente, a gente vê uma desumanidade muito grande.

Mas, torno a dizer, a minha preocupação, agora, é mais com os agentes, porque o nível de estresse é muito grande, o senhor sabe melhor do que eu, muito grande. E, eu queria saber se vai ter uma valorização, também, para esses agentes; porque, a gente vê os policiais sendo valorizados, que é claro, eu sou de total apoio, mas queria saber o que é que vai ser feito, também, por essa classe, que tem sido, infelizmente, muitas vezes, desvalorizada por um trabalho tão sério e tão importante, Sr. Secretário.

O SR. NIVALDO CÉSAR RESTIVO - Muito bem, deputado, muito obrigado. Eu quero reafirmar a minha convicção, de que é uma categoria que merece todo o nosso apoio, o nosso reconhecimento e o nosso empenho em valorização. Eu estou adotando algumas medidas, que eu pediria para não divulgar, nós estamos coletando informações.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Se eu falar aqui, ninguém vai saber, fica tranquilo.

O SR. NIVALDO CÉSAR RESTIVO - Nós estamos coletando informações, para poder fazer uma proposta de valorização da categoria. Mas, eu não posso me comprometer a dizer do que se trata, porque isso vai gerar uma expectativa, que precisa passar por uma análise do comitê gestor de gasto público.

O SR. ALTAIR MORAES - PRB - Mas está sendo feito, é isso?

O SR. NIVALDO CÉSAR RESTIVO - Está sendo feito, deputado.

O SR. ALTAIR MORAES - PRB - Para mim está ótimo, está respondido. Obrigado pela presença do senhor aqui.

O SR. NIVALDO CÉSAR RESTIVO - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Com a palavra, o deputado Gil Diniz.

O SR. GIL DINIZ - PSL - Obrigado, presidente; boa tarde, secretário, bom recebê-lo aqui, na Comissão de Segurança Pública desta Casa. Agradecer novamente pela sua presença. Secretário, eu queria perguntar, a princípio, sobre a expansão do sistema Penitenciário em São Paulo, você falou dessas parcerias que o Governo vem fazendo. Se o Governo, ao invés de pensar, a priori, nessas parcerias, se não tem como trazer recursos para São Paulo, do fundo penitenciário nacional. Há relatos, há reportagem, dizendo que há milhões aí que podem ser investidos, inclusive, para a criação de vagas no sistema penitenciário. Isso não seria uma estratégia pensando no sistema penitenciário, trazer esse recurso para São Paulo.

Nós sabemos a dificuldade que é conseguir construir um presídio; principalmente porque, a população local não deseja que esse presídio ali, querem que haja as prisões, agora, quando a gente pensa em construir, a gente tem essa dificuldade. Eu vou deixar aqui, como uma sugestão, eu pesquisei sobre um projeto em Santa Catarina, lá em Joaçaba, do juiz Márcio Umberto Bragaglia, que ele faz um trabalho de Reeducação de Imaginário. Os presidiários, ali, tem aquela questão da leitura do livro, aquela coisa; só que ele faz um trabalho direcionado, e vendo no certo, na cidade de Joaçaba, tem esse exemplo deste juiz, que faz um belíssimo trabalho; muitos gostam de falar, entre aspas, essa “ressocialização”. E eu vi de perto, conheci, ali, a penitenciária, parece que é um modelo que acaba dando certo.

Outra coisa que eu queria perguntar para o senhor, se o senhor tem o número, dentro desses 200, mais de 230 mil presos, se o senhor tem o número de quais são os

provisórios, e quais são os que estão em regime semiaberto. Porque, muitos acabam, a gente fala que temos 144 mil vagas, e tudo mais; só que tem muitos presos que acabam indo dormir lá na prisão, mas não passa o seu dia ali.

Eu gostaria de fazer minhas as palavras do início da fala do Luiz Fernando, quando ele repudia a questão da jornalista Raquel Sheherazade, que coloca a culpa daquele massacre ali, inclusive nos agentes penitenciários. Lamentável aquela fala, então, os agentes gozam do nosso respeito, da nossa consideração, e tem aqui, tenho certeza, que nesta Comissão, pessoas que estão engajadas, muitos aqui já falaram dessa questão da valorização do nosso profissional da Segurança Pública, nesse caso, as profissionais da administração penitenciária.

Reforçar, também, essa questão do armamento; comandante, o senhor comandou o Choque, eu o conheci na cavalaria, quando fui, com Eduardo Bolsonaro, visitá-lo. E acho que é inadmissível um Estado como São Paulo, Delegado Olim, que os agentes penitenciários, que trabalham ali e lidam ali com os presos, voltem para as suas casas desarmados, Sargento Neri, acho que é inadmissível. Então, acho que uma das nossas prioridades aqui, nesta Casa, é justamente trabalhar nessa questão. Eu também discordo dessa questão de pegar um armamento que está obsoleto, não sabemos aí, a 24/7 da Taurus e as outras, que fazem vítimas, inclusive, os policiais; e, também, pessoas aí na abordagem, é lamentável.

Então, se possível, levar também essa nossa fala ao governador, porque é inadmissível que um profissional de Segurança Pública, no Estado de São Paulo, que lida ali, diariamente, com o PCC, que vá desarmado para casa. Eu não tenho dúvida, secretário, que o sistema penitenciário paulista tem condições, sim, de ter, no seu dia a dia, qualquer tipo de preso. Seja o homicida, seja o estuprador, seja o corrupto; então, que Tremembé receba aí, de braços abertos, seja lá quem for o preso; seja ele corrupto, seja ele.

A SRA. MÁRCIA LULA LIA - Lula Livre.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Por gentileza, deputadas. Ele está falando a palavra dele. Deputada, quando a senhora falou, todo mundo ficou quieto, por gentileza. Mas ele está falando a opinião dele, depois a deputada vai, também, falar.

O SR. GIL DINIZ - PSL - Presidente, só para finalizar, com respeito ao secretário; só ficar claro.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Já deixou claro, e ele já deu essa resposta hoje, aqui. O presidente virá para cá, para o Tremembé.

O SR. GIL DINIZ - PSL - Mas, olha só, já tentaram cercear a minha palavra, já falaram, já mandaram eu calar a boca, e tudo mais. Agora, usando o desrespeito, e falando diretamente ao secretário, começa aqui a algazarra dos amantes, aí, de um presidiário que vem para o estado de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Deputado, termina a pergunta.

O SR. GIL DINIZ - PSL - Eu já finalizei.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - A resposta ao senhor secretário, por gentileza. Deputados, vamos manter a educação, é bom, vamos na boa.

O SR. NIVALDO CÉSAR RESTIVO - Obrigado, deputado. Vou procurar responder rapidamente, mas sem deixar nada pendente.

O SR. GIL DINIZ - PSL - E desculpa, secretário, pela algazarra do puxadinho do PT aqui, o PSOL.

O SR. NIVALDO CÉSAR RESTIVO - O fundo penitenciário, ele já contribui bastante. Das 12 unidades que estavam em construção, entregamos duas, tem mais dez. Dessas 12, uma é recurso do BNDES, a outra é do Tesouro do Estado, e outras dez com aporte de recurso federal; proveniente do fundo. O problema é que o fundo está se esvaindo, sem reposição. E é cada vez mais difícil os Estados se beneficiarem desse recurso. De qualquer maneira, tem uma ação da Operação Lava Jato, que vai devolver algo em torno de 800 milhões de dólares, repatriada, aquela coisa toda; e o CONSEJ, que é o Conselho dos Secretários de Estado da Administração Penitenciária do Brasil.

Nós marcamos uma audiência com o ministro do STF, relator desse projeto, ele nos recebeu, e nós levamos o anseio da Administração Penitenciária, para ser contemplado com um pouco desse recurso, porque precisamos também. Então, estamos atentos a isso, apesar da dificuldade, deputado. Anotei aqui Joaçaba, eu vou procurar me inteirar do que se trata, e como eu falei aqui no início: todas as boas práticas, não temos nenhum constrangimento de aplicar aqui em São Paulo. Então está anotado, e vou procurar saber. Regime aberto e semiaberto, o que nós temos, hoje; regime fechado: 184.760 homens, 8.956 mulheres.

O SR. GIL DINIZ - PSL - Fechados?

O SR. NIVALDO CÉSAR RESTIVO - Fechados. No fechado, a gente contempla, aqui, o preso condenado e o preso provisório; porque ambos são do fechado. O semiaberto, homens 34.447, mulheres, 2.655. E temos, nos hospitais também, 686 homens, e 95 mulheres. Essa é a nossa população carcerária, distribuída por tipos de cumprimento de pena: aberto, fechado e semiaberto; desculpa, fechado e semiaberto. Do acautelamento de armas nós já tratamos, e, sobre a manifestação da profissional da imprensa, a meu ver, tudo aquilo que é falado sem possibilidade de comprovação, que ofenda alguém sem você poder comprovar, é algo irresponsável, é algo que tem que ser medido. Isso em todos os níveis, estou falando de policial, estou falando de agentes penitenciários, estamos falando de repórter, estamos falando de todo mundo que faz uma afirmação sem condição de comprovar aquilo que está falando, corre o risco de ofender as pessoas; e reverter isso é muito difícil.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Deputado Sargento Neri.

O SR. SARGENTO NERI - AVANTE - Boa tarde, secretário. É um prazer recebê-lo aqui, é um grande comandante de choque, sempre me recebeu muito bem. Um dos melhores comandantes gerais que nós tivemos na Polícia Militar, eu acompanhei a carreira do senhor.

O SR. NIVALDO CÉSAR RESTIVO - Obrigado.

O SR. SARGENTO NERI - AVANTE - E, como secretário, não é diferente do teu trabalho de competência. Falo isso porque eu acho que, dos 94 deputados, o que mais visitou penitenciária foi eu. Eu visitei nove penitenciárias; eu nunca avisei um diretor, eu chego sempre sem avisá-lo e, na pessoa do senhor, eu quero cumprimentar todos os agentes penitenciários, pelo trabalho que vêm fazendo. Não é fácil, meu pai foi carcereiro por 35 anos, eu sei o que é essa condição; e, as penitenciárias que eu venho visitando, e eu fiquei com orgulho do trabalho desses agentes penitenciários. Eu deixo claro, sempre deixei, que eu não vou lá para ver as condições do preso, que para isso tem a vara de execução para cuidar, tem o juiz; eu vou lá para ver as condições do funcionário, se ele tem condições de se alimentar, um bom refeitório, um bom ambiente de trabalho, e sempre estou mandando relatórios ao senhor, até pedindo algumas coisas, sou sempre bem atendido pela sua gestão.

Eu quero deixar aqui a chamada dos excedentes; o governador, na reunião, eu sei que o senhor não conversou com ele ainda, ele falou que iria chamar os excedentes, não falou em número e quando. E, sobre o salário dos agentes, ele falou que não teria, ainda, uma política salarial para os agentes. Eu pediria para o senhor, futuramente, se há possibilidade de o senhor mandar uma nota para nós, sobre esses dois assuntos. Também sobre as armas, eu comungo da mesma ideia do senhor, porque é transferir problema; eu acho que o senhor está sendo cauteloso e inteligente; e comandando como sempre comandou: de forma sábia e correta. Eu acho que tem que ser armamentos novos, que tem que ser pago aos agentes, e eu pediria uma nota para o senhor, e também uma previsão, se há ou não, para a compra dessas armas.

Quanto à apuração dos problemas que eu venho enviando ao senhor, agradeço o retorno que o senhor vem dando; é claro que nós temos, desde o subordinado ao gestor, muitas vezes, problemas do subordinado e, às vezes, nós temos problemas do gestor; que, às vezes, tem um pulso muito forte, e às vezes acaba se excedendo na sua administração; é isso que o senhor vem demonstrando. Essas visitas eu continuo fazendo, na semana que vem já está agendado, pelo meu gabinete, fazer visita em três penitenciárias, inclusive em uma feminina, para buscar, também, as soluções, não é só apontar problemas; mas ainda afirmo, pouco importa como o preso está, eu não estou aqui para ver, ou fiscalizar, o presídio, para saber se está superlotado, ou se o preso tem material de higiene.

O meu trabalho na Comissão de Segurança, o meu trabalho como deputado e como parlamentar é para ver os agentes de Segurança Pública; é para isso que eu

concorri a uma eleição, é para isso que eu uso o meu mandato. Para, realmente, aliviar a dor desses funcionários, que poucos direitos têm. Se, hoje, nós pegarmos os presos e o funcionário público, da Segurança Pública, presidente, os presos têm muito mais direitos que os nossos próprios agentes. Então, quero parabenizá-lo pela administração que o senhor está fazendo, eu acho que é notório o reflexo da animação desses agentes, apesar do problema que está passando na parte salarial; mas eu acredito, e eu falei para o Jabá, que é presidente da penitenciária: quando eu fui, inicialmente, o senhor foi nomeado, eu falei: “Hoje, vocês não têm só o secretário, vocês têm um comandante, que vai visar a parte humana”, e é isso que eu espero que o senhor faça.

Realmente, esteja ao lado desses funcionários, que muito precisam da sua sabedoria à frente da SAP. E conte conosco, com esta Comissão, com este deputado; não só como admirador do seu comando, mas como um amigo; e estaremos sempre levando os problemas ao senhor, para melhor resolver.

O SR. NIVALDO CÉSAR RESTIVO - Muito obrigado, deputado. Agradeço pelas gentis palavras; e temos, de fato, um contato de longa data, caminhamos de forma paralela na polícia, mas já conhecemos o trabalho mútuo, agradeço muito por suas palavras, anotei as demandas para retornar ao senhor com as informações técnicas. E quero deixar muito claro: estamos do mesmo lado, somos aliados; não significa que o que nos difere, como disse o coronel Salles, comandante-geral da Polícia Militar, o que nos difere são níveis de responsabilidade. Somos exatamente com a mesma essência, temos os mesmos objetivos, e não tem sentido criar animosidade que não traz benefício a nenhum dos lados. Muito obrigado pela intervenção, deputado.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Com a palavra, o deputado Major Mecca.

O SR. MAJOR MECCA - PSL - Uma boa tarde a todos. Eu gostaria, inicialmente, de declinar aqui o nosso respeito pelo secretário, coronel Nivaldo, do qual eu tive a honra de integrar equipe liderada por ele, no Segundo Batalhão de Choque, no Primeiro de Choque na Rota. E sou testemunha do espírito vocacionado ao serviço público, e à dignidade de todo ser humano. Parabenizar os integrantes da Administração Penitenciária, comandante, porque são esses homens e mulheres que fazem com que a realidade do sistema penitenciário, em São Paulo, seja uma referência; e eles fazendo

isso sob condições humanas extremamente árduas, e extremamente penosa a todos eles. Seja em relação à escala de serviço, que já tive acesso conversando com muitos deles, seja na questão salarial.

Como falou aqui o Sargento Neri, a nossa preocupação é com esses homens e mulheres, que são cidadãos de bem. Eu vi o senhor falando sobre o serviço de hotelaria: fronha, lençol, comida, café da manhã, almoço, janta; pois aqui, muito brasileiro, cidadão de bem, não tem. E considerando que, quem está lá dentro, é voluntário, ele foi roubar, matar e estuprar por iniciativa própria, ele o fez. E esses homens, e mulheres, que são funcionários da Administração Penitenciária, esse são homens e mulheres trabalhadores. Então, eu gostaria de registrar aqui a nossa indignação em relação aos salários desses homens. Nós, semanalmente, diariamente, fazemos essa manifestação de indignação em plenário, porque eles merecem um olhar diferente, um olhar humano por parte do Governo do Estado, porque estão passando por situações extremamente críticas; considerando o estresse físico, psicológico e espiritual que esses homens atravessam.

Então, quero aqui registrar a nossa indignação em relação aos salários que esses homens recebem hoje, e esperamos que, dentro do planejamento e do plano de governo do senhor João Doria, eles estejam inclusos, e não estejam à parte desse planejamento, porque são homens e mulheres que merecem todo o nosso respeito. Muito obrigado, comandante.

O SR. NIVALDO CÉSAR RESTIVO - Muito obrigado, deputado, pelas palavras, meu amigo de longa data. Nos conhecemos há muitos anos, por isso que, quando um amigo fala, as palavras são imerecidas, em sua maioria. Eu não merecia tudo, muito obrigado, e tenha a certeza, deputado, que a reciprocidade impera. E fico feliz de ver que a categoria tem representantes com a combatividade que o senhor tem demonstrado, durante esse pouco período de legislatura. Isso nos dá a tranquilidade de que não estamos órfãos, que não estamos a pé, sabemos que os defensores da categoria estavam aqui; à parte de condições, de material, de salarial, a gente sabe que, no funcionalismo público em geral, trabalham de maneira desfavorável.

Então, o nosso objetivo sempre vai ser levar adiante os pleitos e os anseios da categoria, para verificar, dentro das condições do Governo, aquilo que será possível. Na quinta-feira, tivemos uma reunião do CONSEJ, que é o Conselho dos Secretários, no Rio de Janeiro; e lá, já pedi para o pessoal que estava me assessorando, coletar o salário

inicial de cada Estado, para ter uma ferramenta, mais uma ferramenta, para poder argumentar que São Paulo precisa estar à frente na gestão; já está à frente na gestão, na manutenção da tranquilidade e da disciplina e da segurança. E precisa estar, também, à frente do reconhecimento disso; então, o nosso trabalho será, sempre, incessante, em busca de oferecer melhores condições de trabalho aos nossos servidores. Muito obrigado por suas palavras.

O SR. MAJOR MECCA - PSL - E agradeço, também, a forma receptiva como o senhor sempre abre as portas da Secretaria, quando nós levamos os anseios dessas categorias. Muito obrigado.

O SR. NIVALDO CÉSAR RESTIVO - Eu que agradeço, obrigado.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - O deputado federal, Agente Federal Danilo Balas.

O SR. AGENTE FEDERAL DANILO BALAS - PSL - Boa tarde a todos. Primeiramente, secretário, agradeço todas as vezes que nos recebeu na Secretaria, de portas abertas. Como outros deputados aqui falaram, visitei algumas penitenciárias, e não tive portas fechadas, pelo contrário, sempre as portas estiveram abertas; e o senhor nunca obistou a nossa entrada, em hipótese alguma, como alguns pensam que isso acontece no sistema penitenciário. Duas questões já respondidas, mas só para pontuar: a questão dos remanescentes, importantíssima essa resposta, junto ao governador João Doria, que o senhor se prontificou a levar a ele, novamente, à esta Comissão.

E, também, a questão da recomposição salarial, como o nobre deputado Major Mecca disse, a recomposição e a valorização de todos os agentes do sistema penitenciário. Essa é a minha colocação; obrigado secretário, mais uma vez, pela presença.

O SR. NIVALDO CÉSAR RESTIVO - Muito obrigado, deputado. Mais uma vez, reitero a nossa disposição de unir esforços com o Legislativo, em busca do bem comum; todos temos interesses comuns, e a sinergia de esforços dos deputados com o poder Executivo, eu tenho a certeza, de que nos levará ao resultado desejado. Resolvemos uma questão pendente, de longa data; o senhor, como agente de Polícia

Federal, sabe as dificuldades da escolta de presos da Federal. Logo no início, antes da posse, o senhor me visitou, reportou o problema, e imediatamente nós resolvemos. Essa é a característica da gestão, a gente quer resolver tudo aquilo que estiver ao alcance, resolver imediatamente; o que não estiver ao alcance nós vamos, juntos, buscar a solução. Muito obrigado por sua intervenção.

O SR. AGENTE FEDERAL DANILO BALAS - PSL - Transmito o agradecimento, de toda a Polícia Federal, ao pronto atendimento, também, da Secretaria. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Deputada Monica, da Bancada Ativista.

A SRA. MONICA DA BANCADA ATIVISTA - PSOL - Boa tarde a todos, boa tarde secretário. Eu queria agradecer ao senhor, por estar aqui neste dia tão duro, se revezando entre um monte de tarefas. Mas, eu gostaria de insistir, ainda, em perguntas sobre a concessão, ou parceria público-privada, de parte do sistema prisional, para que ele fique explicado, de maneira para leigo entender; para que a gente elimine aqui as dúvidas. A imprensa fala de até 20 unidades, a longo prazo; o senhor falou em manter a direção geral, manter a direção de disciplina, mas qual é o número, e quais são as tarefas que serão desenvolvidas pelos profissionais da iniciativa privada, quais serão as tarefas desempenhadas pelo Estado? Quais serão os papéis? Estarão presentes os agentes penitenciários? Enfim, que isso fique mais detalhado e explícito.

Se vai, ou não, envolver trabalho das pessoas em situação de cárcere, se isso pode ou não estar envolvido. E queria fazer, também, aqui um apelo; porque, se tem uma que une tanto os trabalhadores da Segurança Pública, de forma geral, quanto as pessoas em situação de cárcere, é a ausência total de debates de direitos humanos. Quando a gente fala de situação degradante para alimentação, a gente fala do agente penitenciário e a gente fala do encarcerado; quando a gente fala de situação de tortura psicológica, a gente fala do agente policial e a gente fala do encarcerado. A gente está construindo uma cultura, que precisa ser superada, de que tudo o que tem a ver com a criminalidade, ou com a punição de pessoas que cometem atos infracionais ou criminosos, deve envolver situações degradantes para todos; e nisso a gente inclui as pessoas que trabalham na Segurança Pública.

Quero perguntar, também, se a gente não comete um ato inconveniente, levando em consideração a convenção que a gente assina com a ONU, das Regras de Mandela, que recomenda aos governos que os funcionários do sistema penal devem trabalhar em período integral, como agentes profissionais, servidores públicos; segundo o documento, também é necessário que os agentes tenham a estabilidade de emprego, além dos salários que devem ser suficientes para atrair e reter homens e mulheres compatíveis com os cargos, e os benefícios de condições de emprego devem ser condizentes com a natureza exigente do trabalho. Para além disso, essa convenção também prevê que a Segurança Pública e a sua tutela, e o seu trabalho, fique na mão do Estado, e não da iniciativa privada.

Outras perguntas. O senhor diz: a iniciativa privada não vai lucrar com a parceria público-privada; também não existe caridade e filantropia, nenhuma empresa de iniciativa privada estaria se prestando a disputar um edital, se não houvesse lucro. Deve haver taxas de manutenção, deve aí ter taxas de pagamento de terceirizados etc. Já tem um custo da diferenciação desse serviço, hoje prestado por trabalhadores do Estado, e entregue à iniciativa privada? Quero saber também, no início do ano, só para registrar quando eu falei, no início da minha fala, das convenções internacionais, inclusive o pacto das Regras de Mandela; há, também, outro pacto com a ONU sobre o combate à tortura.

E, mais uma vez, eu quero desfazer aqui na minha fala a falsa dicotomia que existe entre quem está defendendo condições humanas para as pessoas em situação de cárcere versus os trabalhadores da Segurança Pública. Os trabalhadores da Segurança Pública também são submetidos a situações degradantes, e de tortura psicológica, pela própria condição de trabalho. E a gente queria, aqui, na Assembleia Legislativa, ter uma comissão de combate à tortura, que é, inclusive, uma das coisas previstas em uma das convenções que a gente assina com a ONU, e o governador vetou. Eu queria ouvir a opinião do senhor sobre isso, como é que a gente pode avançar no avanço de cultura, prevendo direitos humanos absolutos para todas as pessoas envolvidas na Segurança Pública; seja ela trabalhadores, seja ela em situação de cárcere.

E, por fim, a gente debateu, no final do ano passado, e no início do ano passado, um habeas corpus coletivo para as mulheres gestantes e mães de crianças. Eu queria que o senhor me desse um panorama, por favor, sobre esse perfil de mulheres em situação de cárcere. Quantas grávidas, quantas mães abaixo de 12 anos a gente tem, e quais são as formas que o Governo do Estado de São Paulo tem tratado essas mulheres? Obrigada.

O SR. NIVALDO CÉSAR RESTIVO - Obrigado, deputada. Bom, em relação ao veto do governador, a senhora sabe que foi por vício de iniciativa, não daria para ele seguir adiante com um vício inicial desse. Então, acredito que seja muito fácil de compreender o motivo do veto do governador, até porque ele já explicou. Em relação a empresas lucrarem com o trabalho, o preso condenado e sentenciado, ele tem a obrigação de trabalhar; os presos provisórios, ou com recursos, eles podem trabalhar. A SAP procura oferecer essa possibilidade a todos. Então, a locação de mão de obra da população carcerária é algo que está afeto à FUNAP, a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso, vinculada à Secretaria da Administração Penitenciária.

Hoje, nós temos 58 mil presos, no sistema paulista, que desenvolve algum tipo de atividade laboral; quer seja no ambiente externo, preso do regime semiaberto que vai cumprir sua tarefa do lado de fora da unidade, e depois retorna; quer seja o preso do regime fechado, nos galpões de trabalho instalados nas unidades. Com parque fabril da empresa interessada, ou com parque fabril da Fundação, então, nós oferecemos essa possibilidade. A empresa privada que vencer a licitação para prestação de serviço, nos moldes da lei 8.666, independe se o preso dela vai trabalhar ou não, porque a norma diz que o preso deve receber no mínimo 75% do salário mínimo. Na administração da locação de mão de obra da população carcerária, existe uma taxa, que deve ser administrada pela FUNAP, e a empresa tem que contribuir com a DUP, que são as Despesas de Utilidade Pública, tem uma parcela, que é como se fosse a locação de espaço, tem uma composição de custos.

É muito vantajoso, para o particular, contratar o preso; porque ele não tem nenhum tipo de embargo trabalhista, exceto o pagamento mensal daquela atividade do preso; de forma que, nem um centavo sequer, desse montante, vai para a iniciativa privada. Então, não existe como a iniciativa privada se beneficiar do trabalho do preso, o único que se beneficia do trabalho do preso é o próprio preso, que vai montar o seu pecúlio, para quando ele tiver saída temporária ou for posto em liberdade, ter um dinheiro. Então, é uma fantasia, é inverdade alguém dizer que a iniciativa privada vai se beneficiar do trabalho do preso, porque isso não é possível. As mulheres gestantes, eu tenho essa informação, mas se a senhora me permitir eu quero confirmá-la, localizá-la, e eu passo por e-mail.

Mas, de qualquer maneira, aquela decisão ela diz o seguinte: que quem define se a mulher vai para a prisão domiciliar é o poder Judiciário; então, nós juntamos as

informações necessárias daquela presa, mandamos ao poder Judiciário, e não é todo crime, também, que dá direito e ela comprar a prisão domiciliar. Mais uma vez, a SAP é uma intermediária da informação, o Judiciário precisa saber quantas mulheres lactantes, grávidas ou com filho de até 12 anos, ou com um filho maior que tem alguma dependência da mãe. Então, essa é a regra. A SAP oferece as informações ao poder Judiciário, e o poder Judiciário decide: essa vai para casa, essa não vai para casa, essa permanece. Então, não temos domínio sobre esse processo, mas eu me comprometo a enviar esses dados para a senhora, para saber do que se trata.

E, a imprensa está afirmando que são 20 unidades prisionais. Afirmando e garanto, perante gravadores e câmeras, que são quatro unidades que serão oferecidas na gestão operacional compartilhada, este ano, e estamos estudando uma modelagem para PPP, que deve ser lançada no ano que vem. E aí, o particular vai construir; a nossa ideia é que construa um complexo com quatro ou cinco unidades; e, nesse complexo, tenhamos penitenciária para cumprimento de pena, de sentenciado definitivos; Centro de Detenção Provisória para o preso provisório, Centro de Progressão Penitenciária, para o preso do semiaberto.

Nossa ideia é montar, num complexo, quatro ou cinco unidades construídas pela iniciativa privada, contemplando todas as possibilidades do preso; então, hoje, se a imprensa falar cinco, desminta, fala que são quatro unidades, com gestão compartilhada operacional neste ano; unidade construída pelo Estado.

E, na metade do ano que vem, pretendemos lançar o edital para a PPP, num complexo penitenciário com quatro ou cinco unidades. Pode ser, a nossa ideia inicial é um complexo; isso envolve uma dificuldade grande de localização, de identificação de área, de terreno; porque precisamos, pelo menos, algo em torno de 350 mil metros quadrados, tem estudos de engenharia que demonstram a dificuldade. E o terreno, ele pode ter fatores restritivos, ou fatores impeditivos, da construção de um presídio. Um fator que impede a construção do presídio é se tiver uma nascente no terreno, não pode; fator impeditivo é todo aquele que você pode remanejar, sem levar prejuízo, e que permite a construção; só para que a senhora entenda a dinâmica disso.

As tarefas, a senhora falou das Regras de Mandela; realmente, tem lá nas normas da ONU uma recomendação, uma recomendação que serve para todos os países que fazem parte da Organização das Nações Unidas e, de qualquer maneira, está muito claro aquilo que o público, ou particular, pode exercer, pelo artigo 83, A e B, da LEP, está lá dizendo, exatamente, o que pode fazer. Nós temos aqui, ó, 83 B: “São indelegáveis as

funções de direção, chefia e coordenação no âmbito do sistema penal, bem como todas as atividades que exijam o exercício do poder de polícia”, é o que eu tenho falado aqui: “Notadamente 1. Classificação de condenados”. Quem fará? O ente público. “Aplicação de sanções disciplinares.” Quem fará? O ente público; “controle de rebeliões”. Quem fará? O ente público. “Transporte de presos para órgãos do poder Judiciário, hospitais e outros locais.” Quem fará? O ente público.

Então, tudo aquilo essencial, permanecerá na mão do Estado. E o trabalho dos presos, já falei para a senhora, a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso cuida disso, não há benefício da iniciativa privada; os debates sobre os direitos humanos, eu reitero aquilo que já falei, que, no nosso entendimento, e é isso que propagamos na Secretaria, apenas se limita àquilo aplicado pelo Judiciário, sem pena acessória, presidente, de maus-tratos ou de falta de alimentação ou condições dignas. É nesse sentido que temos trabalhado, e estamos abertos, sem qualquer constrangimento, sem qualquer tipo de problema para discutir todos os assuntos que envolvem o sistema penitenciário. Foram todas? Acho que sim.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Obrigado, secretário.
Deputado Conte Lopes.

O SR. CONTE LOPES - PP - Sr. Presidente, eu queria cumprimentar o secretário, coronel Nivaldo, porque, há muito tempo, a gente ouvia no meio policial e também no meio da política, no meio dos governos, o medo muito grande de se mexer na delegacia, na Secretaria de Assuntos Penitenciários. Que o PCC iria fazer aquilo, se mudasse nome ou se mudasse alguma coisa; e o secretário assumiu, o coronel Nivaldo assumiu; mudou toda a cúpula do PCC, mandou todo mundo embora, e continua dominando a situação. Então, meus cumprimentos, meus parabéns, aquele terror que vários governadores tinham, até uma certa covardia, não se concretizou.

V. Exa. realmente assumiu com pulso, e viu que não é uma questão de nome, é uma questão, realmente, de ter disciplina e pulso. Só uma coisinha que eu queria colocar, que, há mil anos atrás nós aprovamos, aqui nesta Casa, o agente de escolta; e, de vez em quando, está o agente de escolta, está o PM escoltando o agente de escolta, e vice-versa; e, até agora, não entendi por que que nós aprovamos o agente de escolta aqui, se a PM continua escoltando por São Paulo afora, qual é o motivo, secretário?

O SR. NIVALDO CÉSAR RESTIVO - Deputado, obrigado, mais uma vez; agradeço pelas palavras iniciais, e reitero aquilo que a gente já divulgou pela imprensa. Quem domina a situação nos presídios de São Paulo tem nome e sobrenome, chama-se Governo do Estado de São Paulo, um sobrenome grande, inclusive. Mas, isso está aí para todo mundo ver, só não vê quem tem miopia institucional, quem tem um poder de enxergar a média distância enxerga isso perfeitamente. E, as lideranças do bando organizado foram transferidas, depois disso, outros três assumiram funções de liderança e foram transferidos também, e assim acontecerá com cada um que se dispuser a assumir uma função de liderança.

Em relação aos agentes de escolta, deputado, de fato, na região da capital e metropolitana, essa movimentação é feita pelos profissionais da Secretaria da Administração Penitenciária, mas não tem fôlego para fazer isso no estado de São Paulo inteiro. A previsão é de pouco mais de seis mil homens, nós temos uma defasagem pequena, muito pequena.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - E sai da frente dos caminhões.

O SR. NIVALDO CÉSAR RESTIVO - Arrisco a dizer, sem medo de errar, quem diz que são 25% ou 30% de defasagem corrija esse número, porque a defasagem de AEVP é de 1,4%. Numericamente, em números absolutos, significa 89 profissionais a menos do que o previsto; a grande dificuldade é lotação, realmente. Nós temos uma lotação limitada, que não nos permite fazer essas movimentações em todos.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Está na hora de fazer a videoconferência, não é? Acabar com isso.

O SR. NIVALDO CÉSAR RESTIVO - Temos trabalhado muito para isso, deputado; porque todos sabem os valores empenhados nisso, a Polícia Militar.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - O risco.

O SR. NIVALDO CÉSAR RESTIVO - Gastou 79 milhões no ano passado, a SAP gastou mais 34, assim é um absurdo de dinheiro jogado fora.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - É um absurdo, os advogados têm que começar a participar da videoconferência, parabéns secretário. Com a palavra, agora, o deputado Wellington Moura. O senhor tem a palavra.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Sr. Secretário, obrigado por ter vindo à Comissão, e parabenizo pelo trabalho. Conheço o trabalho de V. Exa. já há alguns anos, Tropa de Choque da Polícia Militar do Estado de São Paulo; e, sem dúvida, a Administração Penitenciária está bem segura em vossas mãos. Gostaria de conversar com o senhor, a respeito do trabalho social que é realizado dentro das unidades prisionais. Eu represento uma entidade, que no caso é a Igreja Universal do Reino de Deus; e nós temos um trabalho social que, infelizmente, há um ano e três meses atrás, não era na época do senhor, foi no Dr. Olival; que eu não sei se foi criado uma portaria, para impedir de que o trabalho fosse levado dentro dos raios.

E eu gostaria de perguntar à V. Exa. se há uma previsão, primeiro, deste trabalho voltar a ser feito, não só pela Igreja Universal, mas, também, de todas as entidades: Igreja Católica, enfim, todas as outras igrejas evangélicas. É porque é um trabalho de ressocialização que nós fazemos, em todos os presídios, para tentar tirar o preso daquela situação; com uma palavra de fé, ele já está desanimado, já está com a pena, já está com a vida destruída. O que nós queremos é tentar levantar o moral social e espiritual, levando uma palavra de fé para essas pessoas. Então, eu gostaria de perguntar à V. Exa., se há uma previsão deste trabalho interno voltar novamente; sendo que isso aconteceu devido, em Santos, pegar uma professora de refém, lá em Lucélia tacaram fogo no presídio; e, diante disso, houve esse cancelamento geral, em todos os presídios.

E, diante do trabalho de cada presídio se possível, se não for, se é possível, em cada presídio, diante do diretor ver o trabalho que será realizado, se pode haver essas liberações. E, se nessas concessões, Sr. Secretário, outra pergunta: como ficará os trabalhos sociais, realizados pelas entidades, pelas igrejas? Será colocado no edital a continuidade desse trabalho, da evangelização dentro dos raios e das celas? Mais uma vez, parabenizo pelo excelente trabalho, e tenho a confiança e a certeza de que o governador João Doria escolheu a pessoa certa.

O SR. NIVALDO CÉSAR RESTIVO - Muito obrigado, fico muito feliz e lisonjeado em ouvir essas palavras do senhor. Muito obrigado mesmo. Essas entidades,

que prestam essa assistência dentro das unidades prisionais, reputo como algo, assim, de suma importância. Não consigo vislumbrar o que seria, ou como seria, o sistema penitenciário hoje, sem o apoio dessas entidades, desses missionários; que doam parte expressiva do seu tempo, para poder levar conforto, poder levar tranquilidade, poder levar segurança às pessoas privadas de liberdade. Então, têm a minha admiração, têm o meu reconhecimento; é uma resolução do ano passado, que interrompeu ou modificou a maneira como isso seria tratado, justamente por causa de dois incidentes que tivemos: um em Taubaté, envolvendo pastores, me parece que foram pastores, e outro em Lucélia, envolvendo defensores públicos que foram tomados de refém, promoveram a depredação do patrimônio público, os presos.

Até hoje, a gente está enviando, ao regime disciplinar diferenciado, pessoas que participaram desses dois eventos. Então, na época, isso motivou a alteração da dinâmica de prestação dessa assistência aos presos; então hoje fica um pouco mais distante, separado por grades, para evitar, pensando exclusivamente na preservação da integridade física, mas eu sei, também, que isso provoca um distanciamento, e esse distanciamento entre quem prega e quem ouve a pregação, ele acaba não alcançando o objetivo. Eu recebo várias entidades que executam esse tipo de trabalho, e eu dei o meu compromisso, de que nós vamos rever isso dentro das normas de segurança e disciplina da unidade; porque a nossa preocupação é com quem está lá dentro também. Mas não é um assunto esquecido não, deputado, isso a gente discute com muita frequência; e um peso muito grande nisso é a situação, a temperatura, a pressão atual que existe no sistema. Mas, eu garanto ao senhor, que essa solução virá.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Obrigado.

O SR. NIVALDO CÉSAR RESTIVO - E, outra que o senhor falou, as concessões vão continuar, não interferem em absolutamente nada; vai continuar sendo permitido o ingresso para entidades prestarem essa assistência, repito, de suma importância, e necessária, dentro da unidade prisional. Não haverá prejuízo nenhum, nem nas unidades que serão concedidas.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Nesse caso, será colocado no edital isso? Ou.

O SR. NIVALDO CÉSAR RESTIVO - Não, isso é um ato administrativo da Secretaria.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Perfeito, obrigado.

O SR. NIVALDO CÉSAR RESTIVO - Então fique tranquilo.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Deputada Márcia Lia.

A SRA. MÁRCIA LULA LIA - PT - Boa tarde, coronel Nivaldo, um prazer recebê-lo aqui na nossa Casa, eu sou advogada há mais de 30 anos, advoguei muito, e trabalhei muito junto com mães do cárcere. Então, a gente tem uma experiência consolidada, no trabalho com as mães daqueles que estão encarcerados; e a gente tem acompanhado, principalmente agora na condição de deputada, a gente tem acompanhado um grupo de mães, aqui da cidade de São Paulo, que tem os seus filhos espalhados pelo estado de São Paulo todo. E também, tenho amigos que são agentes penitenciários, amigos que já morreram na condição de agentes penitenciários; sou da cidade de Araraquara, onde nós temos uma penitenciária que é bem administrada, porém, algum tempo atrás, nós tivemos uma dificuldade séria pela falta de água, e eu estive visitando a unidade, e fui extremamente bem recebida, quero parabenizar o diretor.

Eu não sei se ainda é o mesmo diretor que está lá, mas faz um trabalho bastante tranquilo na cidade de Araraquara; mas faltava água, e aí, quando eu questionei, ele disse: “Olha, há muitos anos nós estamos tentando fazer um poço aqui na penitenciária, e a gente não tem recursos”. A prefeitura de Araraquara, ela cedia água para a penitenciária; a dívida do Estado, há um ano atrás mais ou menos, era de milhões de reais, com o Departamento de Água e Esgoto de Araraquara, por conta desse fornecimento de água que não foi remunerado. Enfim, era um problema. Eu não sei se esse problema se solucionou ou não, eu não sei se o senhor já tem conhecimento dessa situação, mas, enfim, é uma situação que a gente vem verificando in loco.

Nas visitas que faço, e que fiz, à penitenciária lá em Araraquara, à penitenciária em São José dos Campos, à penitenciária feminina de Campinas; enfim, e a gente percebe que o que se fala, na verdade, não é o que a gente vê quando a gente visita essas unidades prisionais. Então, eu ousou dizer que o Estado falhou. Eu ousou dizer, porque,

quando eu identifiquei, logo que eu assumi a minha condição de deputada, é o meu segundo mandato, eu estive falando com o secretário que o antecedeu. E as respostas para as minhas perguntas, para os meus questionamentos, eram assim: “A senhora tem a solução?”, ele devolvia a pergunta para mim, “A senhora tem alguma sugestão para me dar?”. Eu saí de lá muito brava, irritadíssima, porque eu acho que aquilo não era postura de um secretário de Estado, de devolver para uma deputada, foi uma falta de respeito.

Eu só não tomei nenhuma atitude porque achei que poderia complicar, ainda mais, a situação de algumas situações concretas que eu levei para ele. Então, eu ousou dizer, secretário, que o Estado falhou; o estado de São Paulo, ele é governado há mais de 25 anos pelo PSDB. E o sistema prisional, no estado de São Paulo, não obstante em outros estados seja muito pior, eu reconheço isso, mas assim, a gente precisa fazer muito ainda. Porque, como preso não dá voto, preso não tem importância, preso não é ser humano, preso não faz diferença porque não produz, preso não tem o olhar do Estado. Então, quando o Estado se compromete a fazer ressocialização, é uma grande mentira; porque, nesses presídios extremamente lotados, não se faz ressocialização.

E, para encerrar a minha fala, eu vou colocar uma questão aqui, que tem a ver, na verdade, não é com a sua Secretaria, mas é com a Secretaria de Justiça; mas, para dizer que o Estado falhou, eu consegui, depois de mais de dois anos tentando tirar crianças e adolescentes, em situação de custódia, na cidade de Limeira, que eram recolhidas a uma delegacia de polícia, ficavam em condições subumanas. Nem bicho, nem animal, poderia ficar naquela condição; eu passei por quatro secretários de Justiça do governo do PSDB, e eu quero louvar aqui, e elogiar, o atual secretário, Dr. Paulo Dimas, porque ele foi sensível, ele conseguiu resolver essa situação.

Mas eu demorei dois anos, eu tive que dizer que eu denunciaria à ONU o que estava acontecendo na cidade de Limeira; porque não havia, do Estado, nenhum compromisso, no sentido de resolver aquela situação, em que milhares de meninos passaram por lá ao longo dos anos, e ficavam em condições, deputado Delegado Olim, sub-humanas. Com os ratos andando, os ratos tinham nome, só para você ter uma ideia da situação degradante; eu me reuni com o promotor, eu me reuni com a juíza da Infância e da Juventude, eu me reuni com a Febem, enfim, eu me reuni com meio mundo. E, só agora, questão de dois meses atrás, o Dr. Paulo Dimas conseguiu solucionar essa situação; então, eu ousou dizer que o Estado falhou, que o Estado tem falhado, especialmente quando se reporta a pessoas encarceradas, ou pessoas que estão sob a custódia do Estado.

Então, assim, eu espero, de coração, eu espero mesmo, que o senhor possa ter sucesso, porque não é fácil trabalhar no sistema prisional, eu reconheço, não é fácil a gente cuidar daqueles que são alijados de direitos, daqueles que são jogados dentro de penitenciárias, que são seres humanos e que deveriam ser ressocializados. Porque essa é a função do Estado, quando o Estado se propõe a tutelar.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Finalizando, deputada. Senão.

A SRA. MÁRCIA LULA LIA - PT - Perfeito, eu estou acabando. Eu acho que o Estado precisa cumprir, de fato, aquela tarefa que lhe é outorgada quando ele assume a custódia dessas pessoas. Então, desejo aí um bom trabalho ao senhor; e que o senhor possa olhar de forma diferente do que olharam os seus antecessores, porque foi lamentável a forma como a deputada foi tratada, e como aqueles que estão sob custódia do Estado vêm sendo tratados.

O SR. NIVALDO CÉSAR RESTIVO - Obrigado pelas considerações, deputada. Eu anotei aqui o problema de Araraquara; temos algumas queixas nesse sentido, mas todas elas são apuradas, não existe queixa que chegue ao conhecimento da Secretaria que não tenha a sua apuração. E, em grande parte, nós adotamos isso, não é prática minha, mas do Governo, o uso racional dos meios; significa assim, aquilo que puder ser economizado de água, nós precisamos economizar, não dá para ter desperdícios. E tivemos algumas queixas nesse sentido, mas não por falta de água, pelo uso racional; em relação à dívida do Estado com a Sabesp.

A SRA. MÁRCIA LULA LIA - PT - Departamento autônomo de Araraquara.

O SR. NIVALDO CÉSAR RESTIVO - Do Município? De qualquer maneira, a unidade prisional, ela é UGE, Unidade Gestora Executora, que tem previsão orçamentária para os contratos, aqueles contratos contínuos; então é difícil um serviço público, gás, energia elétrica, água ou telefonia, ficar sem pagamento, porque a previsão é para os 12 meses do ano. De qualquer maneira está anotado, eu vou procurar saber o que aconteceu.

A SRA. MÁRCIA LULA LIA - PT - Se o senhor quiser, eu posso fazer um relatório e encaminhar ao senhor, eu devo ter condições de fazer isso.

O SR. NIVALDO CÉSAR RESTIVO - De qualquer maneira, eu vou pedir para que verifique. E a água, ela tem duas maneiras de chegar na unidade prisional: ou pela concessionária, que administra o sistema, ou pelo poço. A gente opta pela concessionária quando não tem condição de fazer o poço; dessas dez unidades, nós temos problemas em algumas, que não dá para fazer um poço, vai ter que ser em concessionária. De qualquer maneira, tem um custo, aquela coisa toda; mas a gente quer economizar, saiu do ambiente vai ter que apagar a luz; vai estar escovando os dentes, vai ter que fechar a torneira. Isso pode gerar algum descontentamento, mas está anotado aqui, viu deputada, obrigado.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Deputado Nascimento.

O SR. TENENTE NASCIMENTO - PSL - Boa tarde a todos, para o secretário, nós agradecemos a sua presença aqui. Quero, também, fazer referência.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Só um minutinho, só quero registrar a presença do deputado Kenny. Por gentileza, pode continuar.

O SR. TENENTE NASCIMENTO - PSL - Quero fazer, também, referência para o bom andamento de uma organização; nós, por exemplo, para um gabinete andar bem, nós precisamos ter uma boa assessoria. E, a isso, eu quero, aqui, fazer menção, coronel Severo, com o qual eu tive a oportunidade de trabalhar; e que também é o coronel que atende as nossas ligações, isso é muito importante. E hora até, não é?, passado um determinado horário “Olha, eu estou te atendendo, olha, vou verificar e alguém vai te ligar”; e isso é muito importante, para que nós tenhamos um bom desempenho, e um bom relacionamento no Parlamento. E assim o fez, coronel, muito obrigado e, coronel Severo, eu quero fazer essa reverência, como faço a nossa assessoria.

Nós temos um bom desempenho, porque temos uma assessoria que nos dá o devido amparo, e assim faço a todos os assessores aqui nesse plenário. Eu quero apenas fazer menção, e voltar novamente, só para um entendimento mais claro, a questão dos

remanescentes e dos concursados, que são dos ASPs e dos AEVPs. Já foi dito, e eu só queria melhor, que desse o entendimento, porque já foi dito; falamos com o governador, estive pessoalmente falando contigo também, que haja, assim, uma projeção de datas, assim como os dez novos presídios que estão aí para serem inaugurados. Porque tem toda uma preparação e, inclusive, a preparação do ensino; que nós sabemos, também, que a escola está lá atuante, e pedir até o apoio, se for o caso, da Polícia Militar, a Escola Superior de Soldados, que o senhor conhece muito bem, que possa dar esse apoio, para que venhamos treinar esses concursados remanescentes.

Então, gostaríamos que houvesse; não precisa ser essa resposta imediata, mas que venha para nós, que dê a essa classe, que tem nos cobrado constantemente, essa questão dos remanescentes e dos concursados. Eu gostaria de saber, também, se já foi dito aqui, não sei, quantos policiais militares estão fazendo escoltas nos dias de hoje? Porque, o que acontece: nós falamos da videoconferência, só que a videoconferência atende parte dessa situação, não atende na totalidade. Porque a videoconferência não atende a escolta de um preso lá na morte de um familiar, não atende num hospital, não atende em vários outros setores. Então, quando nós chamamos esses remanescentes concursados, ou abrimos um novo concurso, para que venhamos substituir esses policiais militares, que estão em uma atividade extra.

E também, aí nós tenhamos uma condição melhor de repor os quadros do policial militar, que hoje nós temos uma defasagem muito grande também, não é? Esse é um questionamento que eu gostaria de colocar. E também, assim como feito na última vinda, aqui, do nosso governador a esta Casa, dizendo aos policiais militares, profissionais de segurança, aos bombeiros, enfim, todos eles, que até 31 de outubro estaria aqui o Projeto de lei de uma da recomposição salarial, que também fosse feito um projeto e nos dissessem, também, aos nossos profissionais do sistema penitenciário, também, datas referentes. E é algo que eles estão, assim, estavam ansiosos, e com razão, para essa recomposição.

E, quanto ao que foi dito pelo Wellington, a capelania no sistema penitenciário é uma forma importante, da igreja, um parceiro importante para a ressocialização; e quanto, e por último, a questão das terceirizações, vamos dizer assim, foi dito, também, a nós, que era primeiro com semiaberto. Eu gostaria de saber se é isso, ou se já foi dito aqui e eu não estava, porque eu estava na outra Comissão, se é o sistema semiaberto. Porque, não dá para começarmos com um sistema fechado, de regime fechado, para uma terceirização; que eu considero, assim, não privatização, mas terceirização. Era

isso, e muito obrigado pela presença, e pela atenção que tem dado, realmente, aos parlamentares, e eu sou um deles.

O SR. NIVALDO CÉSAR RESTIVO - Muito obrigado, deputado, obrigado pelas palavras. De fato, a gente procura estar disponível o tempo todo, e tentar resolver tudo aquilo que está ao nosso alcance; aquilo que não está a gente demora um pouco, mas procura resolver também. Concordo plenamente com a assessoria, não fosse essa assessoria que está aqui ao meu lado, o meu trabalho seria um pouco mais difícil do que; aqui ao lado e lá ao fundo também. Então concordo, e rendo aqui minhas homenagens a todos, também.

Os remanescentes, nós tratamos disso, eu não tenho como afiançar que serão chamados semana que vem, ou mês que vem, mas temos 1.100 candidatos remanescentes, do concurso de 2014, e que estão dentro do prazo de validade do concurso. Não sei dizer agora, deputado, quantos PMs fazem escolta, porque a somatória que a Polícia Militar fez, ou faz, envolve cada deslocamento; então, o mesmo PM, ele é contado quatro, cinco, seis vezes se ele fizer quatro, cinco, seis escoltas, não é? Mas, garanto que são muitos.

O SR. TENENTE NASCIMENTO - PSL - Aproximadamente uns quatro mil, ou mais.

O SR. NIVALDO CÉSAR RESTIVO - A quilometragem percorrida, o gasto com combustível, são 54 milhões de reais, no ano passado, da Polícia Militar destinados a essa atividade. A dificuldade é que não temos a capilaridade necessária para assumir esse serviço em todo o estado de São Paulo, mas é algo que está permanente no radar. Videoconferência, de fato, ela não resolve o problema da escolta, ela resolve uma parcela; nós fizemos um cálculo na secretaria, presidente, e se for instituída a videoconferência, vai resolver aproximadamente 25% do deslocamento. Remoções, transferências, hospital.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Eu não tinha feito essa; agora que você falou.

O SR. NIVALDO CÉSAR RESTIVO - Significa que vamos implantar a videoconferência e vai resolver o problema de escolta? Não vai; além do que é um equipamento caro. Hoje, para manter cada um dos 62 equipamentos de videoconferência que a SAP paga, não é a Justiça, é a SAP que paga, 11.480 por equipamento, por mês; então tem um custo elevado. Mas, ainda assim valeria a pena, se resolvesse por completo o problema.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Pelo risco, não é?

O SR. NIVALDO CÉSAR RESTIVO - Pelo risco.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Mas não é suficiente.

O SR. NIVALDO CÉSAR RESTIVO - Em relação à proposta que o governador Doria disse que encaminharia até o dia 31, isso foi na quinta-feira, na sexta-feira ele viajou para a China, e eu não tive, não conversei com ele sobre isso. Eu vou conversar e levar o anseio da categoria, e dos parlamentares, que já noticiaram este assunto, quando ele retornar de viagem.

O SR. TENENTE NASCIMENTO - PSL - Até o dia 31, ele falou só dos policiais militares.

O SR. NIVALDO CÉSAR RESTIVO - Sim, eu tomei ciência disso pela imprensa, eu não conversei com ele pessoalmente; mas, todas as quintas-feiras, às sete horas, existe uma reunião do governador com o secretário de Segurança, secretário da Administração Penitenciária e chefes de polícia, para tratar de assuntos de interesse comum. Acredito que o meu próximo encontro com ele vai ser na quinta-feira à noite; e está anotado, para perguntar a ele, qual é o teor desse Projeto que será encaminhado para a Assembleia até o dia 31. Eu desconheço, porque não conversei com ele sobre isso.

O SR. TENENTE NASCIMENTO - PSL - Que, aliás, me permita um aparte, os profissionais do sistema penitenciário também são agentes de segurança. Nós estamos com a PEC 12 aqui.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Deputado, isso já foi falado, se não nós vamos nos estender muito.

O SR. TENENTE NASCIMENTO - PSL - Só pra reforçar.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Eu sei, mas ele já falou hoje, aqui, nisso.

O SR. NIVALDO CÉSAR RESTIVO - Concordo com o senhor, deputado, em relação ao serviço de capelania nas unidades prisionais, que traz uma tranquilidade muito grande; não discordo disso em absoluto, porque temos a opinião semelhante. E nós não vamos falar de privatização do sistema; não existe a privatização, até porque a lei não permite a privatização; porém, a gestão operacional compartilhada, aqui no estado de São Paulo, será feita por unidade do regime. Não, não é semiaberto como o senhor falou, eu sei que houve uma pequena.

O SR. TENENTE NASCIMENTO - PSL - Foi dito aqui.

O SR. NIVALDO CÉSAR RESTIVO - Foi dito aqui, mas não é. Nós faremos a gestão operacional compartilhada em quatro unidades, que são CDPs, Centros de Detenção Provisória, que abrigam presos do regime fechado. Apesar de serem provisórios, estão no regime fechado, não são semiabertos.

O SR. TENENTE NASCIMENTO - PSL - É importante essa informação.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Então, Giannazi, por gentileza. O senhor saiu e eu ia lhe chamar, seja rápido para a gente; só o general ficou mais tempo aqui, viu, comandante? O senhor imagina que o general, com a patente dele, ficou três horas aqui; e o senhor vai ficar menos. Faça o favor.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Boa tarde, secretário. Eu queria, vou ser rápido aqui, até porque eu me sinto contemplado já em muitas falas, secretário; mas eu queria dizer que nós acompanhamos, já há muitos anos, a situação dos servidores do

sistema prisional. A situação salarial, os servidores do sistema prisional estão com os salários atrasados e arrojados há muitos anos, sem contar que os nossos servidores trabalham em condições precarizadas; há um número muito alto de adoecimento, muitos servidores adoecem no trabalho por conta dessas condições precarizadas. Então, são condições precarizadas de salário, funcional e, também, no próprio ambiente, de falta de infraestrutura humana e material.

E, por falar em falta de infraestrutura humana, nós temos a questão dos concursos públicos, que foram realizados, não é? Nós sabemos que há um déficit enorme de servidores, em várias áreas; e praticamente as chamadas, ou elas não existem, ou, quando existe chamada, ela fica muito aquém de atender o preenchimento das vagas necessárias para o sistema prisional. Então nós, primeiro, queremos fazer um apelo em relação a questão salarial dos servidores; o deputado Nascimento falou, aqui, uma coisa que nós ficamos chocados, porque o governador veio à Assembleia Legislativa, disse que daria um reajuste salarial, ou uma reposição salarial para os servidores da Segurança Pública, mas deixou de fora os servidores do sistema prisional.

Nós entendemos que é um absurdo total discriminar, e marginalizar, esse setor da Segurança Pública, que é fundamental; e que já tem, como eu disse, os seus salários arrojados e defasados. E a questão do déficit, também, que é muito grave; nós sabemos que há uma falta de funcionários. Tem concursos realizados, esse de 2004 dos remanescentes de ASP, de AEVP; enfim, são vários concursos realizados, pelo menos quatro ou cinco. E, nós queremos fazer um apelo, para que haja a chamada imediata de todos eles; porque tem déficit, tem a necessidade urgente da chamada desses servidores.

E, por fim, só fazendo aqui uma correção, secretário, em relação às Regras de Mandela; a Constituição Estadual de São Paulo, ela incorporou, em seu artigo 143, essas regras. Então, nós temos aqui um amparo constitucional, a incorporação dessa decisão da ONU, o Brasil é signatário, e isso foi incorporado, já, na nossa Constituição Estadual. E é muito importante que os servidores públicos sejam os responsáveis pelo sistema prisional, e do tratamento com os presos. Por isso que nós nos manifestamos totalmente contra a privatização dos presídios no estado de São Paulo. Muito obrigado.

O SR. NIVALDO CÉSAR RESTIVO - Obrigado, deputado. Vou procurar, também, ser rápido. Em relação a fala do Sr. Governador, eu repito que preciso conversar com ele, para saber qual é a intenção. O fato de ele não ter citado a categoria, não significa que não vai conceder reajustes, não quer dizer isso; preciso conversar com

ele, ele anunciou quinta, viajou sexta e está fora, ainda, buscando investimentos para o estado de São Paulo, na China. Quando ele voltar, conversaremos sobre isso, e me comprometo a dar o retorno, sem qualquer tipo de problema. Condições funcionais, equipamento, de fato, não é da maneira como gostaríamos; nosso trabalho é incessante, na medida de buscar oferecer as melhores condições possíveis aos nossos funcionários.

Veja que o Estado passa por um saneamento orçamentário, porque, até hoje, o Governo precisa fazer alguns ajustes, para poder equilibrar a conta. Então, a saúde financeira do Estado não nos permite contemplar todos os funcionários públicos em geral, Saúde, Educação, Habitação, Transporte e Segurança da maneira como eles merecem. É preciso uma responsabilidade muito grande nesse sentido, mas repito, estamos trabalhando, para que o Governo tenha condições de, efetivamente, mostrar o quanto tem apreço por seus servidores. Chamada de candidato, fala-se muito em defasagem exagerada; a defasagem de AEVP é de 1,4%, o que significa 89 profissionais; defasagem de ASP, 10,5%, dá 2.500 e alguma coisa, para um universo de 25, 26 mil profissionais.

O que tem defasagem grandes, são os profissionais da atividade-meio; isso tem, mas eu falei, está em cima da minha mesa o pacote fechado, com a guia de remessa, para eu tratar, no Governo, a possibilidade de nomeação de 416 candidatos de diversas áreas, para suprir essa defasagem. São importantes? Naturalmente são importantes; mas, aqueles que sustentam o sistema, que oferecem condições de trabalho, de segurança e disciplina, que são os ASPs e os AEVPs, que tem um contato direto com o encarcerado, a defasagem dessas duas carreiras, não é grande a ponto de a gente correr para a imprensa, e falar que falta 25 ou 30 %, não falta.

Falta 1,4% de AEVP, 10,5% de ASP. E, naturalmente, as Regras de Mandela que o senhor citou; a Constituição Estadual contempla isso, mas eu volto a afirmar: artigo 83-A, artigo 83-B da lei de execuções. Está previsto lá o que pode ser delegado ao particular, o que não pode; está muito claro também, deputado. Não vamos conceder nada que tenha vinculado ao poder de polícia da administração pública; tudo aquilo que estiver vinculado ao poder de polícia do Estado, permanecerá nas mãos do Estado.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Quero registrar aqui, também, a presença da deputada Erica, quero agradecer os deputados que ficaram aqui até o final, respeitando o nosso convidado; quero agradecer ao Sr. Secretário, respondeu, a sua paciência, a todos, sem exceção, todos perguntaram tudo que

quiseram, repetiram algumas perguntas. Mas o que valeu é que todos saíram satisfeitos, todos os deputados, aqui, viram que a qualquer hora o senhor atende eles; todo mundo aqui só falou bem, não tem problema nenhum. E o senhor ganhou por pouco tempo, quer dizer, o general ficou mais tempo que o senhor, e olha.

O SR. NIVALDO CÉSAR RESTIVO - Dá para fazer mais uma pergunta, para passar o general, ou não?

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - E olha a patente, depois o senhor vai ficar preso lá. Então eu queria agradecer a todos. Deputados, obrigado por todos por ficarem com a gente; e secretário, acho que o senhor deu uma aula aqui, todo mundo está satisfeito.

* * *

- É encerrada a reunião.

* * *